



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**

**Relatório de Gestão**  
**2007**

Março de 2008

## **Relatório das Atividades do Exercício de 2007**

O presente relatório de gestão, em observância à Instrução Normativa nº 47/2004 e suas alterações, e Decisões Normativas nº 85/2007 e nº 88/2007, do Tribunal de Contas da União – TCU e Portaria CGU nº 1.950/2007, apresentará as atividades da Secretaria Executiva (SE-MT), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, consolidando as atividades da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) e da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), bem como agregando as atividades da Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

# SUMÁRIO

Relatório das Atividades do Exercício de 2007 .....	2
CGRL – 390004 .....	5
CGRH – 390007 .....	5
2. Responsabilidades institucionais .....	6
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	6
3. Estratégia de atuação .....	9
EXPOSIÇÃO DE MOTIVO .....	10
ASSUNTO .....	10
SITUAÇÃO EM 2007 .....	10
DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2007 .....	10
Publicado no Diário Oficial da União de 14/06/07 .....	10
MEDIDA PROVISÓRIA .....	11
EM Nº 00003/MT, de 28/02/07 .....	11
Institui regras gerais sobre a prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros previstos no art. 21, inciso XII, da Constituição Federal, e dá outras providências .....	11
Publicado do DOU de 14/06/2007 .....	11
Institui regras gerais sobre a prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros previstos no art. 21, inciso XII, da Constituição Federal, e dá outras providências .....	11
Em trâmite na Presidência da República .....	11
Em trâmite na PR .....	11
Seção 01 .....	12
4. Gestão de programas e ações .....	25
4.1. PROGRAMAS .....	25
A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL possui sob sua responsabilidade a Ação 2772 do Programa 0225 .....	25
4.1.1. Programa 0225 – Gestão da Política de Transportes .....	26
4.1.1.1. Dados gerais .....	26
4.1.1.2. Principais Ações do Programa .....	26
4.1.1.3. Gestão das ações .....	26
4.1.1.3.1.1. Dados gerais .....	26
4.1.1.3.1.2. Resultados / Ações relativas a Serviços Gerais: .....	26
4.1.2. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União .....	28
4.1.2.1. Dados gerais .....	28
4.1.2.2. Principais Ações do Programa .....	28
4.1.2.3. Gestão das ações .....	28
4.1.2.3.1.1. Dados gerais .....	28
4.1.2.3.1.2. Resultados: .....	29
4.1.3. Programa 0225 – Gestão da Política de Transportes .....	29
4.1.3.1. Dados gerais .....	29
4.1.3.2. Principais Ações do Programa .....	29
4.1.3.3. Gestão das ações .....	30
4.1.3.3.1.1. Dados gerais .....	30
4.1.3.3.1.2. Resultados: .....	30
4.1.3.3.2.1. Dados gerais .....	30
4.1.3.3.2.2. Resultados: .....	30
4.1.3.3.3.1. Dados gerais .....	31

4.1.3.3.3.2. Resultados: .....	31
4.1.3.3.4.1. Dados gerais .....	31
4.1.3.3.4.2. Resultados: .....	32
4.1.3.3.5.1. Dados gerais .....	32
4.1.3.3.5.2. Resultados: .....	32
4.1.3.3.6.1. Dados gerais .....	32
4.1.3.3.6.2. Resultados: .....	33
4.1.3.3.7.1. Dados gerais .....	33
4.1.3.3.7.2. Resultados: .....	33
4.1.4. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais .....	34
4.1.4.1. Dados gerais .....	34
4.1.4.2. Principais Ações do Programa .....	34
4.1.4.3. Gestão das ações .....	34
4.1.4.3.1.1. Dados gerais .....	34
4.1.4.3.1.2. Resultados: .....	34
5. Desempenho operacional .....	35
➤ MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007: .....	39
Participação da União .....	64
no Capital das Cias. Docas .....	64
Restos a Pagar em 2007 .....	64
CREDOR .....	64
6. Previdência Complementar Patrocinada .....	65
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal .....	65
8. Operações de fundos .....	65
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007) .....	65
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	66
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	67
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	68
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	69
Anexo F- Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	79

# 1) Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Secretaria Executiva – SE	
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério dos Transportes – MT	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003. Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003; republicado no DOU de 17/06/2003. Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004., publicada no DOU 15 de julho de 2004.	
<b>CNPJ</b>	37.115.342/0001-67	
<b>Nome e código no SIAFI</b>	SE – Código: 390032	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	390032	
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL – Código 390004 Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH – Código 390007 Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO – Código 390002	
<b>Endereço completo da sede</b>	Esplanada dos Ministérios Bloco R - Edifício Sede, 5º andar, Brasília-DF - CEP: 70044-900 – Tel. (61) 3311-7090 / Fax (61) 3311-7845	
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.transportes.gov.br">www.transportes.gov.br</a>	
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de governo predominante</b>	Transporte	
<b>Tipo de atividade</b>	Supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Finalísticas e Subsecretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e das entidades a ele vinculadas.	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	CGRL – 390004
	Coordenação-Geral de Recursos Humanos	CGRH – 390007
	Subsecretário de Planejamento e Orçamento	SPO – 390002

## **2. Responsabilidades institucionais**

### ***2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas***

Nos termos do art. 4º do Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, e dá outras providências, compete à Secretaria-Executiva assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas; promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria Executiva; auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e supervisionar os órgãos vinculados ao Ministério.

O Decreto nº 4.721, de 2003, em seu artigo 5º, traz as competências da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, quais sejam: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério; promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior; acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; e realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

O mesmo Decreto, em seu artigo 6.º, traz as competências da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, quais sejam: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; promover a articulação com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil; acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao seu superior imediato; acompanhar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as a aprovação de seu superior imediato; planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais; supervisionar e acompanhar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as eventuais correções das distorções identificadas; e promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária.

Importante ressaltar que algumas disposições do Decreto nº 4.721, de 2003, foram ultrapassadas pela realidade trazida por alterações normativas posteriores e por decisões estratégicas superiores, tornando ineficazes algumas das competências outorgadas a determinadas Secretarias finalísticas e seus departamentos. Como exemplo, temos o caso das disposições relativas ao Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – FNIT, que nunca chegou a ser operacionalizado. Ou ainda o art. 10 do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, que dispõe sobre a competência, composição e funcionamento do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, e dá outras providências, que transferiu ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM diretamente a responsabilidade de assistir técnica e administrativamente o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, antiga Comissão Diretora.

Por outro lado, a expertise e experiência profissional de alguns de seus quadros adicionaram, no cotidiano dos trabalhos das Secretarias, novas atribuições, ainda não previstas nos normativos. Como exemplo, técnicos do Departamento do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DEFIT desempenham importante papel nas ações relativas à gestão das vias navegáveis interiores, em colaboração com os demais órgãos vinculados ao setor.

Essas distorções entre a realidade e o Decreto que aprova a estrutura regimental do Ministério dos Transportes estão sendo analisadas e em breve serão corrigidas com a proposição de novo Decreto.

Ao lado das atribuições inerentes à natureza institucional da Secretaria-Executiva, como órgão de coordenação máxima das atividades de gestão do Ministério dos Transportes, no ano de 2007, esta unidade ministerial teve participação direta, e sistemática, no encaminhamento, desenvolvimento e articulação setorial e multisetorial de ações relacionadas às questões de transportes, como a busca de oportunidades de investimento pelo setor privado, considerando que cada vez mais a iniciativa privada esta sendo chamada a suprir ou colaborar com a Administração Pública, desenvolvendo importantes atividades para o desenvolvimento do país; e cooperação inter e intra-governo, identificação de gargalos e proposição de soluções para a melhoria da infra-estrutura de transportes, estudos para aperfeiçoamento e ajustes legislativos, cujo extrato significativo segue abaixo.

### ***2.1.1 – Dimensão da Responsabilidade do Setor***

#### **a) Rodovias**

- Malha Rodoviária 74 mil km de malha, 60 mil km pavimentados
- Malha Concessionada 4.083,20 km

#### **b) Ferrovias**

- 28 mil km de ferrovias operados pelo setor privado

#### **c) Portos**

- 40 portos públicos (água doce e salgada) com operação, basicamente, pelo setor privado

- 21 administrados pelas Cias Docas Federais e DNIT
- 18 administrados por Estados e Municípios
- 01 administrado pela iniciativa privada
- 7 Companhias Docas pertencentes à União
  - Codesp
  - CDRJ
  - Codesa
  - Codeba
  - Codern
  - CDC
  - CDP

Neste tópico é importante ressaltar que foi editada a Medida Provisória nº 369, de 7 de maio de 2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007, que criou a Secretaria Especial de Portos atribuindo-lhe a competência de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, bem como dos outorgados às companhias docas.

#### **d) Hidrovias**

- 28 mil km de vias navegáveis interiores e potencial de aproveitamento de mais 15 mil km.
- Efetivamente utilizadas para transporte de cargas 10 mil km.

#### **2.1.2 - Visão de Governo**

- Compreensão do papel estratégico da infra-estrutura e logística de transportes como base para o desenvolvimento econômico.
- Nova visão gerou crescimento nos investimentos em infra-estrutura voltados à superação de gargalos e à garantia de condições de competitividade e de escoamento da produção nacional.

#### **2.1.3 – Desafios Gerais**

Infra-Estrutura de Transportes capaz de:

- Atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior.
- Reduzir os níveis de ineficiência:
  - Acidentes
  - Tempos de viagem
  - Custos de transportes
- Estruturar os corredores estratégicos de transportes.
- Estimular a participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade.



- Escoar adequadamente a produção de granéis sólidos, líquidos e cargas containerizadas.
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo.
- Permitir a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul.

#### **2.1.4 - Desafios Específicos**

##### **a) Manutenção dos Níveis de Investimento**

- A partir de 2007 foi alcançado um novo patamar de investimentos em transportes.
- Há necessidade de manutenção e até mesmo de ampliação dos níveis de investimento para garantir a continuidade do processo de expansão e habilitação da logística de transportes.

##### **b) Reforço na Estrutura de Gestão**

- A elevação no patamar de investimentos não foi acompanhada do aparelhamento dos órgãos de gestão, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes/DNIT, resultando em desempenho operacional carente de ajustes visando a dar capacidade executiva às ações.
- Faz-se mister concluir o processo de qualificação da gestão (bens e pessoas), com o aparelhamento dos órgãos e a realização de contratação por concurso público.

### **3. Estratégia de atuação**

A partir dos diagnósticos sobre a natureza dos problemas enfrentados pelo setor no que tange à eficiência dos modais, situação do patrimônio público e também às dificuldades de gestão organizacional, trazidos à tona tanto pelo acúmulo e produção técnica quanto pelo diálogo construído com a sociedade e com outros órgãos de governo, o Ministério dos Transportes seguiu com a implementação de ações visando capacitar a infra-estrutura de modo eficiente.

Nesse intento, o Ministério planejou a execução de empreendimentos que enfrentassem fisicamente os desafios e trabalhou no aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos federais, no aparelhamento da estrutura organizacional do Ministério e na qualificação e melhoria de desempenho da gestão dos programas em transportes.

A preocupação com a gestão dos recursos públicos federais e a necessidade de aplicar racionalmente e de forma eficiente os valores orçamentários, levou o Ministério a estabelecer e consolidar parcerias públicas para a execução de obras e gerenciamento do patrimônio, envolvendo o Ministério da Defesa e governos estaduais e municipais, mediante:

- Estabelecimento de convênios para a execução de obras por estados e municípios, aproveitando a capacidade executiva desses entes públicos.
- Descentralização de Rodovias – compreendendo a transferência de rodovias de interesse regional/local para os estados.

- Convênios com o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, utilizando os Batalhões de Engenharia e Construção para execução de obras e também no desenvolvimento de estudos técnicos.

De outro lado, o Ministério dos Transportes vem se articulando com estados no sentido de otimizar a aplicação dos recursos da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico – Cide, destinados a estados e municípios. Por lei, 29% da receita arrecadada retorna aos estados para utilização em infra-estrutura de transportes, cabendo a esses entes submeter previamente ao Ministério o plano de aplicação dos recursos.

Ao mesmo tempo, foi dada continuidade ao processo de incorporação de outras modalidades de financiamento da infra-estrutura, de forma a avançar no provimento das demandas de transportes, como Concessões, Parcerias Público-Privadas - PPP, Arrendamentos e alternativa de “*Project Finance*” para o projeto da ferrovia Nova Transnordestina, que cria um novo corredor ferroviário de alta capacidade, em bitola larga.

Preocupou-se em aparelhar os órgãos ministeriais, buscando conferir maior eficiência à administração e ao atendimento das competências de formulação, coordenação e supervisão.

Deve ser enfatizado o esforço para qualificar os sistemas de informações do Ministério e de unidades vinculadas, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), com a melhor estruturação e implantação de mecanismos de gerenciamento capazes de proporcionar segurança, agilidade e qualidade nas informações.

Outra preocupação do Ministério dos Transportes foi em uniformizar os procedimentos e rotinas a serem observados pelo DNIT na instrução de processos licitatórios, considerando que a padronização procedimental em matéria de licitações minimiza o risco de interrupções em certames e contratos por demandas judiciais. Essa uniformização foi efetivada por meio da Instrução Normativa nº 1, de 4 de outubro de 2007, publicada no DOU do dia 5 de outubro de 2007.

Segue um extrato dos atos normativos que foram discutidos no exercício de 2007 e que tiveram a participação e o acompanhamento da Secretaria-Executiva, sem prejuízos dos demais atos que estão descritos no teor deste relatório.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVO	ASSUNTO	SITUAÇÃO EM 2007
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b> EM Nº 00001/MT, de 05/01/07 <b>MT 00001 EM DEC UTILIDADE PUBLICA FCA</b></p>	<p>.002243/2004-83 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da FCA - Ferrovia Centro-Atlântica S.A., os imóveis que menciona.</p>	<p><b>DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2007</b> <b>Publicado no Diário Oficial da União de 14/06/07</b></p>

<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA</u></b></p> <p>EM Nº 00003/MT, de 28/02/07  <b>MT 00003 EM ALTERA LEI 5917 PNV</b></p>	<p>PROCESSO Nº 50000.066421/2006-75</p> <p>Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, de modo a incluir na relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho que menciona.</p>	<p><b>Devolvida pela Presidência com a seguinte mensagem:</b> “restituída EXM MT 03 de 28/02/2007 com projeto de medida provisória que altera a lei 5917, de 1973, para inclusão do trecho que menciona, na relação descritiva das rodovias dos sistema rodoviário federal, tendo em vista as notas JVLJ 587 2007 e 60 2007 da SAG/CC - através do OFI 99 SAJ 2007”</p>
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00007/MT, de  <b>MT 00007 EM PORTO ORGANIZADO DE ITAGUAÍ</b></p>	<p>Dispõe sobre a definição da Área do Porto Organizado de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.</p>	<p><b>DECRETO DE 16 DE MARÇO DE 2005. Publicado no DOU de 17/03/07.</b></p>
<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA</u></b></p> <p>EM Nº 00008/MT, de 26/04/07.  <b>MT 00008 EM TRANSPORTE PASSAGEIROS</b></p>	<p>Institui regras gerais sobre a prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros previstos no art. 21, inciso XII, da Constituição Federal, e dá outras providências.</p>	<p>Esta Exposição de Motivos foi substituída pela <b>MT 00012 EM TRANSPORTE PASSAGEIRO</b></p>
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00009/MT,  <b>MT 00009 EM DEC UTILIDADE PÚBLICA VALEC</b></p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou de instituição de servidão de passagem em favor da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., os imóveis que menciona.</p>	<p><b>DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2007. Publicado do DOU de 14/06/2007</b></p>
<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA</u></b></p> <p>EM Nº 00012/MT, de 09/07/07.  <b>MT 00012 EM TRANSPORTE PASSAGEIRO</b></p>	<p>PROCESSO Nº 50000.061011/2004-76</p> <p>Institui regras gerais sobre a prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros previstos no art. 21, inciso XII, da Constituição Federal, e dá outras providências.</p>	<p><b>Em trâmite na Presidência da República Desde o dia 09/07/2007</b></p> <p><b>Devolvida pela Presidência com a seguinte mensagem:</b> RESTITUIMOS A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CONFORME ENTENDIMENTOS ENTRE A CONJUR DESSA PASTA E O DR PEDRO DITTRICH/SAJ-PR</p>
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00013/MT, de 11/07/07.  <b>MT 00013 EM EXPROPRIAÇÃO BR-040</b></p>	<p>PROCESSO Nº 50505.000352/2005-20</p> <p>Declara de utilidade pública, para os fins de exploração, conservação e melhoramento rodoviários, 107.002,64 m² de área, contígua à faixa de domínio entre o km 771,2 e o km 808,0 da Rodovia BR-040/MG, Estado de Minas Gerais, para a obra de Duplicação da Rodovia BR-040/MG, destinada à melhoria do nível de serviço do trecho, propiciando mais segurança e conforto aos usuários da Rodovia, e autoriza à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio</p>	<p><b>Em trâmite na PR</b></p> <p>Processo requisitado pela CONJUR em 25/10/2007.</p> <p><b>Devolvida pela Presidência com a seguinte mensagem:</b> “Restituímos a EM 13 2007 através do OFI SAJ 514 2007”</p>

	<p>– CONKER, detentora da outorga do serviço público de exploração do trecho rodoviário federal da BR-040/MG/RJ – Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e seus respectivos acessos, nos termos do Contrato PG-138/95-00, que promova a desapropriação utilizando as verbas para esse fim previstas no Programa de Exploração da Rodovia – PER.</p>	
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00014/MT, de 11/07/2007  <b>MT 00014 EM EXPROPRIAÇÃO BR-116</b></p>	<p>PROCESSO Nº:50500.078632/2006-10</p> <p>Declara de utilidade pública, para fins de exploração, conservação e melhoramento rodoviários, uma área imóvel de 1.197,50m<sup>2</sup> adjacente à faixa de domínio entre os quilômetros 299,35 e o 300,93 da BR-116/RS e à Av. Nestor Jardim, na cidade de Guaíba, para a construção da obra denominada Interseção de Acesso à Guaíba, e autoriza à Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – CONCEPA, detentora da outorga do serviço público de exploração do trecho rodoviário federal Osório – Porto Alegre – Entr. BR-116 (Entrada para Guaíba), nos termos do Contrato PG-016/97-00, que promova a desapropriação para a execução da obra.</p>	<p>DECRETO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2007.  Publicado no DOU DE 05/11/07  Seção 01</p>
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00015/MT, de 24/07/07.  <b>MT 00015 EM DEC UTILIDADE PÚBLICA CONCEPA</b></p>	<p>PROCESSO Nº 50500.019841/2006-21</p> <p>Declara de utilidade pública, para fins de exploração, conservação e melhoramento rodoviários em favor da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – CONCEPA, os imóveis que menciona.</p>	<p>DECRETO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2007.  Publicado no DOU DE 05/11/07  Seção 01</p>
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00016/MT, de 26 de julho de 2007  <b>MT 00016 EM DEC UTILIDADE PÚBLICA CRT</b></p>	<p>PROCESSO Nº: 50000.013959/2006-87</p> <p>Declara de utilidade pública, para fins de exploração, conservação e melhoramento rodoviários, a favor da Concessionária Rio-Teresópolis S/A. - CRT, os imóveis que menciona.</p>	<p>DECRETO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2007.  Publicado no DOU DE 05/11/07  Seção 01</p>
<p><b><u>DECRETO NORMATIVO</u></b></p> <p>EM Nº 00021/MT, de 03 de outubro de 2007  <b>MT 00021 EM DEC UTILIDADE PÚBLICA DESAPROPRIAÇÃO FAIXA DOMINIO BR-116/RJ</b></p>	<p>PROCESSO Nº: 50000.075798/2007-04</p> <p>Declara de utilidade pública, para fins de exploração, conservação e melhoramento rodoviários em favor da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – NOVA DUTRA, os imóveis que menciona.</p>	<p>DECRETO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2007.  Publicado no DOU DE 05/11/07  <b>Seção 01</b></p>

<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00022/MT, MT 00022 EM DEC UTILIDADE PÚBLICA CRT</p>	<p>PROCESSO Nº: 50000.074349/2007-31</p> <p>Declara de utilidade pública, para fins de exploração, conservação e melhoramento rodoviários, uma área de 7.936,57 m<sup>2</sup> de área contígua à faixa de domínio do Km 131 da Rodovia BR-116/RJ, Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, para a construção da obra denominada “Posto Fixo de Pesagem” destinada à pesagem dos veículos de carga.</p>	<p>DECRETO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2007. Publicado no DOU DE 05/11/07 Seção 01</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00026/MT, de 06/11/2007 MT 00026 EM DEC CDFMM</p>	<p>PROCESSO Nº 50000.088591/2004-49</p> <p>Acresce altera dispositivos do art. 4º do Decreto no 5.269, de 10 de novembro de 2004, que dispõe sobre a competência, composição e funcionamento do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, e dá outras providências.</p>	<p>Em trâmite na Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes</p>

Destaca-se agora, as principais atuações da Secretaria-Executiva na qualidade de órgão supervisor e coordenador das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e das entidades a ele vinculadas.

*Na área de Política e Planejamento de Transportes, a cargo da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT*, foi desencadeado o processo de institucionalização de instrumentos para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Ministério, tendo por atividades principais:

- Liderança no processo de regate do planejamento integrado de transportes, de médio e longo prazo, com a elaboração do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT.
- Incentivo à modificação da estrutura de produção interna de transporte, com vistas à redução dos custos logísticos.
- Estímulos a multimodalidade, buscando o melhor aproveitamento da infra-estrutura de transportes já instalada.
- Promoção de integração continental, por meio de interligação viária com os países da América do Sul.
- Apoio ao desenvolvimento de comércio exterior e favorecimento à integração intra e inter-regional.
- Apoio ao desenvolvimento sustentável e ao PAC.
- Estabelecimento de políticas para o planejamento e gestão da segurança do trânsito nas rodovias.

No âmbito do PPA – Plano Plurianual 2004-2007, à SPNT coube o papel de executar o Programa de Gestão da Política de Transportes, no qual estão incluídas as seguintes ações:

- Formulação de Políticas de Transportes – importante para a promoção de estudos, pesquisas, trabalhos e projetos com vista a subsidiar os agentes na formulação de políticas para o setor, tendo como principal produto o próprio PNLT; além disso merecem ser mencionados: implementação dos estudos para o aperfeiçoamento da

infra-estrutura dos Terminais Rodoviários de Passageiros; Termos de Referência para estudos e projetos relacionados com a estruturação de um banco de dados; e a modelagem econométrica destinada a estimar e projetar a demanda por transportes de carga e passageiros e respectiva repartição modal para aplicação no PNLT.

- Implantação de Sistema de Informações para o Planejamento em Transportes – visa dotar o Ministério dos Transportes das condições e instrumentos necessários para conhecer as demandas do setor, de forma a elaborar os diagnósticos e o planejamento normativo, operacional e estratégico, bem como permitir à sociedade, por meio de acesso ao sistema, o acompanhamento e o controle social das ações setoriais. O principal resultado dessa ação corresponde o desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas em Transportes – SIG-T, em andamento.
- Estudo para o Aprimoramento de Outorgas de Rodovias – importante para o aprimoramento do plano de concessão de rodovias federais, cujos principais produtos foram: acompanhamento do processo licitatório de concessões de rodovias referente à 2ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais e Regulação e Supervisão das Rodovias Federais Concedidas pelos Estados por meio de Convênios de Delegação.
- Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores – importante para a avaliação de resultados de programas e gerenciamento do setor transportes, em parceria com a Secretaria de Gestão – SEGES.
- Estudos para Revitalização do Patrimônio Histórico Ferroviário – importante para viabilizar e facilitar a recuperação do patrimônio histórico ferroviário nacional.

Complementarmente, a SPNT desenvolveu ainda as seguintes ações:

- Planos de Outorga para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – tem o objetivo de analisar os Planos de Outorgas, elaborados pela ANTT, em conformidade com o inciso III, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. Os Planos de Outorgas, submetidos ao MT, representam um conjunto de estudos técnicos e jurídicos, apontando diversas linhas para licitação. Tais estudos são analisados pela SPNT/MT, quando é verificada a consistência dos mesmos, principalmente quanto ao item relativo à viabilidade econômica.
- Simplificação da apresentação do conjunto de documentos que integram os Planos de Outorgas do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – tem o objetivo de simplificar a apresentação do conjunto de documentos que integram os Planos de Outorgas, elaborados pela ANTT. Em face da necessidade de disciplinar o conteúdo, a sistemática e a apresentação do conjunto de documentos que compõem os Planos de Outorgas referentes à prestação de serviços de transportes rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros, elaborados pela ANTT, o MT, em conformidade com a proposta da SPNT, editou a Portaria GM nº 011, de 11-1-2006, publicada em 26-1-2006. Com o objetivo de aperfeiçoar a citada Portaria, a SPNT/MT propôs, em novembro de 2007, uma simplificação da mesma, sem comprometer as exigências técnicas requeridas pela matéria.
- Programa Passe Livre – concede credencial para pessoas carentes e portadoras de necessidades especiais viajarem, gratuitamente, utilizando os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros. Esclareça-se que este Programa não se enquadra nas atribuições formais da SPNT, mas aqui remanesce em função da transformação da antiga Secretaria de Transportes Terrestres – STT na atual Secretaria.

- Estudos para reativação do Transporte Ferroviário de Passageiros – objetivando desenvolver estudos de viabilidade no transportes de passageiros, social e turístico.
- Organização do PPA – contribuição da SPNT nos conceitos e critérios de organização do PPA, no que diz respeito à área de transportes, levando em conta a nova estrutura espacial definida no PNLT, através de sete vetores logísticos: Amazônico, Centro-Norte, Nordeste Setentrional, Nordeste Meridional, Centro-Sudeste, Leste e Sul.
- PAC transportes – além da já mencionada importância do PNLT na conformação original do PAC – Transportes, colaboração com a SEGES na organização do PAC, respaldando nas premissas e simulações de projetos, investimentos e ações do PNLT.

*Na área de Gestão, a cargo da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES*, foi desencadeado o processo de institucionalização de instrumentos para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Ministério, tendo por atividades principais:

- Coordenar sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e qualitativo dos programas, projetos e ações de transportes. Cumprindo esta competência, a SEGES exerceu as funções de Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA dos programas do Plano Plurianual – PPA 2004-2007, com base na Portaria nº. 501, de 17 de novembro de 2004, do Ministro de Estado dos Transportes, atendendo o que determina o Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004, que estabelece normas para gestão do PPA 2004-2007 e de seus programas.
- Estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas nacionais de transportes. O PPA 2004-2007 manteve os mesmos programas e indicadores do plano anterior, com o agravante de inexistirem mecanismos e programação para aferição dos índices dos indicadores e de sua evolução. Para superar essa deficiência, a SEGES em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, por intermédio do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes - Ceftru, concluiu o projeto “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes”, iniciado em dezembro de 2005.
- Acompanhar, avaliar e assegurar a qualidade dos programas, projetos, operações especiais e empreendimentos, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e de otimização dos recursos. Para supervisionar a implementação e realizar o monitoramento e a avaliação da execução das obras e serviços de infra-estrutura de transportes contidas no PAC, o Ministro de Estado dos Transportes designou a SEGES para exercer as funções de unidade de acompanhamento e monitoramento das ações do PAC, por meio da Portaria nº 15, de 2 de fevereiro de 2007.
- Coordenar e orientar a implantação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação, necessários à consecução da Política Nacional dos Transportes. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE foi criada, basicamente, para ser aplicada no financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. O Artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, acrescido pela Lei nº 10.866, de 4 de maio de 2004, regulamentou a partilha de recursos com os Estados e o Distrito Federal e estabeleceu atribuições para o Ministério dos Transportes. A Portaria nº 354, de 6 de dezembro de 2005, revogada pela Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, ambas do Ministro de Estado dos

Transportes, determinou que a SEGES exercesse as funções de unidade de acompanhamento e monitoramento.

- Interagir com Órgãos Multissetoriais da Administração Federal garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para efetiva implementação dos programas, projetos e ações do Setor de Transportes. Para compatibilizar as ações governamentais e dinamizar as relações institucionais foram implementadas: i) participação no GT – Ferroviário, criado no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (CECEX), sobre a desoneração do subsetor ferroviário; ii) participação na Comissão Executiva Interministerial para implementação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal – biodiesel, como fonte alternativa de energia; iii) disponibilização de informações de infra-estrutura de transporte para carteira de projetos prioritários do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), do Ministério da Integração Nacional; iv) apresentação de palestras sobre: “Projeto e Desenvolvimento Portuário Brasileiro”, “Novo modelo de Dragagem” e da “Missão de Negócio na Holanda”; v) elaboração em conjunto com Grupo Interministerial do Programa de Gestão da Gripe Aviária nos portos marítimos; vi) participação nas reuniões mensais na Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS; e vii) elaboração de portarias para o Conselho de Autoridade Portuária – CAP.

***Na área de Fomento, a cargo da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT***, foi desencadeado o processo de institucionalização de instrumentos para a elaboração e supervisão da implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos, tendo por atividades principais:

- Arrecadação do AFRMM, que em 2007 atingiu a ordem de R\$ 1,35 bilhão, recorde histórico. O FMM, que tem como principal fonte de recursos o AFRMM, tem se constituído na principal fonte de recursos para o Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval. Trata-se de fundo de natureza contábil, administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, tendo como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os demais Bancos Oficiais Federais (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco da Amazônia).
- Ativa participação, através da Coordenação-Geral de Captação de Recursos, no processo de aprovação de operação de crédito externa junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o financiamento parcial do Programa de Redução de Custos Logísticos – PREMELF (*SWAp transportes*). O Contrato de Empréstimo, no valor de US\$ 501,25 milhões, foi assinado em 03.12.2007.
- Realização de vultosos investimentos, que seguem a orientação estratégica do Governo Federal para o desenvolvimento do setor de transportes. Dentro do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, que se consolida a cada ano, e tem por objetivo renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País, para o transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira foram entregues 26 novas



embarcações, apenas em 2007, período em que se realizaram investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão em obras no setor.

- Priorização, pelo CDFMM, de 92 novas obras no valor global de cerca de R\$ 2,5 bilhões, que será desembolsado durante os próximos quatro anos. No mesmo exercício foram assinados 73 novos contratos de construção, consequência de prioridades pretéritas no montante de R\$ 5,5 bilhões. Entre estes contratos estão a construção de 23 novas embarcações para o programa de renovação da frota da TRANSPETRO; 12 embarcações para apoio a plataformas de petróleo, reduzindo assim a remessa de divisas para o exterior; 23 rebocadores portuários com propulsão azimutal trazendo mais segurança nas manobras nos portos brasileiros; duas embarcações de pesca, integrantes do Programa Profrota Pesqueira; e a construção do estaleiro Atlântico Sul, no Estado de Pernambuco, com capacidade de produzir embarcações de até 150.000 toneladas de porte bruto.
- A atuação na redução da dependência externa no transporte marítimo, e do déficit na conta frete, e o desenvolvimento do setor propiciou outro reflexo positivo: a criação de milhares de empregos diretos e indiretos na indústria naval, setor que demanda mão-de-obra intensiva e especializada.
- Inclusão do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval no PAC, sob a denominação de Programa de Expansão e Modernização da Marinha Mercante.

Destaca-se agora, as principais atuações da Secretaria-Executiva na qualidade de órgão supervisor e coordenador das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério dos Transportes e das entidades a ele vinculadas.

*A Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD* tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério dos Transportes.

A SAAD tem a seguinte estrutura:

- *A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL*, que tem por missão regimental planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens, e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e serviços de engenharia, transporte, telecomunicações, comunicação administrativa e serviços de apoio operacional no âmbito do Ministério dos Transportes.

A CGRL, no transcorrer de suas atividades, procurou manter o planejamento inicial, considerando a proposta orçamentária apresentada para o exercício de 2007. No lugar de uma proposição orçamentária de R\$ 54.000.000,00 para fazer face aos custos administrativos, a unidade foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 36.000.000,00. Mesmo assim, buscou as prioridades previamente estabelecidas, logicamente dentro das possibilidades orçamentárias então oferecidas.

Foi dada prioridade a manutenção da área de informática do Ministério uma vez que o Coordenador-Geral de Modernização e Informática alertou sobre as dificuldades por que passava o setor e sobre as possíveis conseqüências em razão de panes dos sistemas e equipamentos em uso.

A aquisição de estações de serviços de informática foi adotada, tendo em vista que a maior parte dos equipamentos em uso já ultrapassava 8 anos de aquisição, causando grandes dificuldades na consecução dos trabalhos e um custo altamente elevado quando de sua manutenção.

Foram priorizadas as obras de recuperação e manutenção de instalações uma vez que estávamos sob o não funcionamento de sistema de ar condicionado do edificio anexo, cujas instalações já completavam mais de 25 anos de uso e sua manutenção já se tornara impossível, causando inclusive sérios prejuízos, tanto de ordem econômica quanto de ordem pessoal.

Também as obras de troca de forros e pisos se apresentavam de extrema urgência face aos acidentes que vinham ocorrendo em razão do estado precário dos pisos do edificio sede e anexo e ainda pela má apresentação do forro existente e a quantidade de produtos nocivos à saúde que se acumulou face ao grande período ocorrido desde a sua instalação inicial.

Mesmo assim não se descuidou dos serviços de natureza contínua que tiveram suas execuções feitas de forma normal não apresentando, durante o exercício, qualquer problema nos processos de segurança, limpeza e conservação dos bens e instalações a serviço do Ministério.

Quanto às demais ações, previamente planejadas e não realizadas, dentro das possibilidades, serão contempladas durante o exercício de 2008.

- ***A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH***, que tem por finalidade coordenar e acompanhar no âmbito do Ministério, a política e as ações de recursos humanos, compreendendo as atividades de administração e pagamento de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, em consonância com a legislação vigente; coordenar e acompanhar a execução da política de assistência médico-social no âmbito do Ministério; e coordenar e acompanhar a política e as ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito do Ministério. No desempenho das suas atividades, atua como unidade administradora e executora dos assuntos afetos a recursos humanos, em que a Secretaria-Executiva figura como órgão setorial, em relação ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -SIPEC.

A CGRH/MT, para o desenvolvimento de suas atividades internas, no intuito de prover de recursos humanos as demais áreas da Pasta, continua sofrendo os impactos decorrentes da atual política aplicada ao ingresso de servidores no Serviço Público Federal.

Para minimizar esta carência, desde 2006, mediante processo licitatório regular, foi promovida terceirização para prestação de serviços não finalísticos para, temporariamente, auxiliar na execução de tarefas afetas ao Ministério.

Neste mesmo sentido, ainda em dezembro do mesmo ano, pelo Memo nº 1053/2006 – CGRH/GAAD/SE/MT, foi encaminhado aos escalões superiores ante-projeto que consubstancia proposta de realização de Concurso Público no âmbito do Ministério dos Transportes, totalizando 394 (trezentos e noventa e quatro) postos de nível superior e 945 (novecentos e quarenta e cinco) de nível intermediário, ora em fase final de detalhamento para atender exigências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na questão de pendências executivas, continua a apresenta-se como entrave fundamental a dificuldade de obter disponibilidade de recursos orçamentários suficientes para o pagamento de atrasados de exercícios anteriores, o que afeta, em maior volume, grande número de aposentados e pensionistas.

Em decorrência desta circunstância, que gera longas esperas para o pagamento das mencionadas diferenças, em não raras ocasiões os recebimentos somente ocorrem após óbito do aposentado ou pensionista, e são pagos a herdeiros da família, mediante autorização ou alvará judicial.

Mantém-se expressivo o número de informações prestadas à Consultoria Jurídica, à Advocacia-Geral da União, às Procuradorias e aos Juízes Federais para instruir processos judiciais, envolvendo, com maior frequência, medidas de incidência nas remunerações ou proventos dos servidores e pensionistas.

Além da magnitude do número de solicitações desta ordem, acrescente-se a exigüidade dos prazos outorgados para seu cumprimento.

A premência temporal determinou a criação de um sistema emergencial de atendimento desta demanda, instalado através de uma das unidades ligadas diretamente ao Coordenador-Geral, que, em 2007, além dos processos considerados de rito ordinário tratados pelas unidades convencionais, apresentou o seguinte desempenho:

<b>EXPEDIENTES</b>	<b>TOTAL</b>
Ofícios	1.337
Memorandos	318
Memorando-circular	18
Despachos	138
Cartas	1027
<b>TOTAL GERAL DE EXPEDIENTES</b>	<b>2.838</b>

<b>PROCESSOS</b>	<b>TOTAL</b>
Administrativos – cálculo de atrasados	1.262
Administrativos – aguardando documentos	538
Administrativos – concessão de pensão	054
Judiciais – analisados	857
<b>TOTAL GERAL DE EXPEDIENTES</b>	<b>2.711</b>

Para reduzir o prejuízo da força de trabalho deste Ministério, resultado da significativa quantidade de servidores do seu quadro cedidos a outros órgãos da Administração Federal Direta, autárquica e fundacional, bem como para outros Poderes da União, Estados e Municípios, contingente que atinge considerável parcela de toda a lotação de pessoal ativo permanente, continuamos a restringir as liberações aos casos inevitáveis.

Também de significativa importância para as unidades administrativas do Ministério, são as atividades conveniadas para a admissão de estagiários de níveis médio e superior dos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal.

Merece destaque a disponibilização aos servidores de cursos de treinamento ou eventos similares, direcionados à sua capacitação e valorização.

Ainda no aspecto da valorização do servidor, cabe atenção para as atuais ações voltadas para melhoria da qualidade de vida, que inclui as seguintes atividades:

- Aulas de inglês e espanhol para adultos;
- Yoga;
- Murais de divulgação das atividades;
- Projeto Formar, que busca a formação e o aprimoramento educacional dos servidores, seus filhos e dependentes, por meio de cursos de alfabetização e ensinos fundamental e médio.

Os casos circunstancialmente percebidos de pagamentos indevidos, por óbitos não comunicados de aposentados e pensionistas, aliado à falta de condições de, com maior frequência, proceder-se recadastramentos de âmbito geral, vêm sendo solucionados a partir de Relatório de Óbitos extraídos do Sistema de Consultas de Óbitos/SCO, do INSS, fornecidos pela DATAPREV.

Representa passo significativo para o controle e acompanhamento de prazos judiciais o aprimoramento feito no Sistema de Acompanhamento de Processos-SICAP, cujas funções, permitem lançar as datas máximas em que os processos deverão ser devolvidos pelas unidades para elaboração de informações finais por parte da CGRH.

É de se destacar os resultados que continuam sendo obtidos com a atuação do Canal Direto com o Transporte - CDT, dentro do seu objetivo maior de atender aos que se dirigem ao Ministério dos Transportes para obter informações sobre aposentadoria, pensão, pagamento, plano de saúde e andamento de processos, atingindo atendimentos por telefone e outras formas de contatos.

- ***A Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI***, que tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à organização, reforma e modernização administrativa, recursos de informação e de informática, no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema.

Como projetado, em 2007, a área de Tecnologia da Informação da CGMI deu continuidade à reestruturação de seus processos, buscando expressiva melhoria nos níveis de seus controles internos.

Ressalte-se que foi um ano marcado pela consolidação de compromissos assumidos perante a coletividade usuária das Tecnologias de Informação. A área desenvolveu grande esforço para modernização de seus sistemas o que aumentou a agilidade corporativa com a implantação de novos processos informatizados.

Com uma filosofia de atuação voltada para a qualidade e efetividade na prestação dos serviços, trabalhou-se com destaque na melhoria da infra-estrutura de redes e do atendimento, na eficiência da manutenção e aprimoramento dos sistemas de informações, no parque de servidores e dentre outros, em projeto para a viabilização de impressão centralizada.

A adoção de software livre faz parte da estratégia em Tecnologia da Informação da área e veio sendo utilizado ao longo do ano em testes como alternativa para simplificar a arquitetura computacional, redução de custos e diminuição da dependência de soluções proprietárias. Estudos vêm sendo feitos visando a preparação para a migração da solução proprietária MS Office para a solução de código aberto BR Office.

Merece destaque, da mesma forma, a assistência dada ao Tribunal de Contas da União, assim como à Controladoria Geral da União com vistas a subsidiar os trabalhos de auditoria que foram realizados por esses Órgãos no âmbito do Ministério dos Transportes.

A partir das projeções que realizou ao final do exercício de 2006, a CGMI traçou as seguintes metas para iniciar os trabalhos em 2007:

**a) Coordenação de Informática:**

- Executar projetos resultantes da participação do Coordenador-Geral nos trabalhos do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação dos Transportes – CETIIT;
- Executar projetos relacionados com a implantação da Política de Segurança da Informação – PSI, segundo a Resolução nº. 02 (dois) do CETIIT, cuja coordenação é do Coordenador-Geral da CGMI;
- Implementar na Intranet, os resultados das ações da CGMI.
- Colaborar com a Coordenação-Geral no aperfeiçoamento do Diretório Referencial, sistema de responsabilidade do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação dos Transportes - CETIIT que abriga informações relacionadas com os sistemas institucionais e respectivo parque de equipamentos;
- Elaborar projeto visando licitação para contratação de empresa especializada em manutenção de cabeamento estruturado de rede local, incluindo fornecimento de materiais e equipamentos;
- Elaborar projeto visando licitação para aquisição de equipamentos ativos de rede (switches de borda);
- Elaborar projeto de cabeamento de rede Categoria 6 (CAT 6) para o Ministério, prevendo a implementação de serviços integrados (dados, voz e

imagem), inclusive com elaboração do termo de referência para futura licitação;

- Elaborar e executar projeto que vise a revisão da documentação da rede com diagnóstico que possibilite implantar melhorias no processo de gestão;
- Promover internamente a divulgação dos procedimentos de operação da rede;
- Elaborar projeto para implantação dos serviços centralizados de impressão (impressão departamental) visando redução de despesas e melhoria de qualidade;
- Implementar sistema Windows 2003-AD no âmbito das redes do DMM – Departamento de Marinha Mercante;
- Elaborar projeto visando licitação para aquisição de acréscimo dos recursos de armazenamento (storage) e de backup para o Centro de Informática;
- Concluir processo de informatização dos Núcleos de Recursos Humanos nos estados;
- Elaborar e executar projeto que defina os procedimentos de rotina para manutenção dos bancos de dados;
- Rever e definir política e procedimentos de backup/restore para o Centro de Informática;
- Rever e definir política e documentação de passagem de sistemas do ambiente de desenvolvimento para o de produção;
- Implementar turno noturno de operação do Centro de Informática, tendo em vista a manutenção de bases de dados e de sistemas;
- Estabelecer um plano de contingência da área de operação com efetivo treinamento nos seus procedimentos de execução;
- Estabelecer plano de trabalho com o fito de rever a Política de Segurança de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Ministério dos Transportes;
- Concluir a instalação, configuração e procedimentos de operação dos servidores centrais de rede adquiridos junto à Star Company (10 servidores);
- Concluir a instalação, configuração e procedimento de operação dos equipamentos ativos de rede (switches departamentais) no Edifício Anexo do MT;
- Concluir processo de contratação de empresa especializada em manutenção do servidor SUN 6800;
- Concluir processo de contratação de empresa especializada em manutenção do parque de desk-tops, notebooks, impressoras, monitores e plotters;
- Concluir processo de contratação de empresa especializada em manutenção de sala cofre;
- Concluir processo de aquisição de 185 (cento e oitenta e cinco) unidades de microcomputadores, com o recebimento dos equipamentos;
- Elaborar processo de licitação do projeto que regulariza e atualiza o uso do software Office 2003 baseado na plataforma Windows 2003;
- Elaborar projetos de renovação dos contratos e/ou termos aditivos vigentes no âmbito da CGMI;
- Concluir os trabalhos de sistematização dos processos já levantados no âmbito da CGRH;

- Iniciar estudos para informatização da CONJUR;
- Redesenhar o atual Sistema Geral de Protocolo dentro dos princípios que norteiam a plataforma tecnológica do MT, de forma a possibilitar sua integração com outros sistemas departamentais de controle e tramitação de documentos;
- Concluir o projeto de Modernização dos Processos de Gestão do Gabinete do Senhor Ministro de Estado com a implantação de software integrador do atual Sistema de Informações do Gabinete com os órgãos vinculados (DNIT, ANTAQ, ANTT e VALEC);
- Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Ações em Transporte – SIGAT;
- Promover a integração do SIGAT com o Sistema de Informações de Apoio à Decisão – SINDEC do DNIT;
- Iniciar estudos para desenvolvimento do Sistema de Informações de Transporte no que se refere aos modais: RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO.

#### **b) Coordenação de Informação**

- Terminar a informatização da Biblioteca, para disponibilização ao público interno;
- Participar da elaboração da política de segurança da informação para o MT;
- Implantar o novo site do Ministério; e,
- Atualizar e executar a manutenção da INTRANET, agregando novos serviços.

#### **c) Coordenação de Modernização:**

- Implantar nova sinalização das unidades administrativas do Ministério dos Transportes;
- Elaborar projeto para reavaliar rotinas operacionais da CGMI para desenvolver e integrar as suas Coordenações;
- Estudo para desenvolver um projeto para implantação de um Escritório de projetos na área de Tecnologia da Informação;
- Desenvolver juntamente com a Coordenação de Informação e Informática, projeto de inclusão digital;
- Acompanhar o processo de implantação da modernização do Sistema de Informações do ambiente do Gabinete do Ministro dos Transportes;
- Elaborar um projeto de Gestão por competências na CGMI, objetivando a otimização da gestão de pessoal em seu âmbito de aplicação; e,
- Acompanhar e desenvolver cartilhas e manuais no âmbito da CGMI.

*A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO* atua como Órgão Setorial de Orçamento e Programação Financeira, e tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta deste Ministério com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no ciclo de gestão orçamentária e financeira.

A SPO, por ser também uma unidade orçamentária, utiliza a descentralização de crédito para executar, com recursos do Orçamento Geral da União, as despesas de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos para as seguintes Unidades Gestoras/Gestão:

- 390004/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.
- 390007/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
- 390015/00001 – Rede Ferroviária Federal S/A – Inventariança.
- 273087/27202 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER Em Extinção.
- 275056/27204 – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT – Em Liquidação.
- 276001/27206 – Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE – Em Liquidação.

A SPO executou, diretamente, no seu âmbito, até maio de 2007, despesas inscritas em Restos a Pagar das ações classificadas como inversões financeiras, as quais se referem à Participação da União no Capital das Companhias Docas, contempladas com recursos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2006, em conformidade com a programação encaminhada pelas Unidades Portuárias e homologada pelo Departamento de Programas de Transportes Aquaviários da Secretaria de Gestão de Programas de Transportes desta Pasta.

A partir da edição da MP nº 369, de 07 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 08 de maio de 2007, que criou a Secretaria Especial de Portos - SEP, vinculada a Presidência da República, foram transferidas àquela Unidade as atribuições e os saldos orçamentários referentes às citadas ações.

Até julho de 2007, esta SPO realizou acompanhamento e execução orçamentária e financeira relativos ao contrato de Empréstimo Externo nº BIRD 4046-BR, registro no SIAFI nº 001187, cujo objeto era reestruturação e desestatização da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA.

Conforme determinou o Decreto nº 5.994, de 19/12/2006, e por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, mensagem SIAFI nº 2007/0724231, foram transferidas para própria STN/MF as obrigações relativas ao Empréstimo Externo nº 4046-BR do BIRD, Nota de Lançamento no SIAFI nº 2007NL000016 em 10/07/2007.

No tocante às atribuições regimentais, a SPO, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento e da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade, desempenha as atividades relativas ao processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, envolvendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento, ao acompanhamento da execução orçamentária, bem como coordena as funções de programação financeira de desembolso, realizando a descentralização de recursos via repasse e sub-repasse em favor das diversas Unidades Gestoras que compõem a Administração Direta e Indireta deste Ministério, além da sua atuação como setorial contábil do órgão superior, atendendo as demandas das unidades inerentes ao registro da execução orçamentária e financeira no SIAFI.

A Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação – CGAA, no âmbito das atribuições regimentais da SPO, coordena e acompanha o processo de elaboração do Plano



Plurianual - PPA do Ministério, suas revisões e avaliações anuais, promovendo encontros com representantes das Unidades Gestoras e das demais Secretarias que compõem a estrutura desta Pasta. Acrescentando que, além das atividades relativas ao PPA, a CGAA produz relatórios de acompanhamento mensal de execução orçamentária de investimentos das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e das “Demais Ações”, buscando verificar o desempenho orçamentário e, em determinados casos, identificar eventuais dificuldades das Unidades Gestoras nessa execução.

Dentre as metas estabelecidas pela Unidade Gestora, enquanto Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – Setorial, ressalta-se aquelas referentes à orientação e acompanhamento do orçamento a partir da análise e consolidação das propostas orçamentárias das unidades vinculadas ao Órgão até a efetiva aprovação da Lei Orçamentária Anual. Posteriormente, a Unidade Gestora tem como objetivo acompanhar a execução e proceder à avaliação dos resultados, atendendo às reivindicações das unidades no tocante aos ajustes orçamentários junto à Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP visando concretizar as solicitações de créditos adicionais.

No que se refere à programação financeira, a Unidade Gestora tem como meta estabelecer o cronograma anual de desembolso para os diversos Órgãos que compõem esta Pasta; avaliar, consolidar e atender aos pedidos de recursos formulados pelas entidades, condicionada às cotas mensais estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF. A SPO, Órgão Setorial de Orçamento e Administração Financeira Federal, atua também como Setorial do Sistema de Contabilidade Federal, exercendo as atribuições previstas no art. 6º do Decreto 3.589, de 06/09/2000.

A CGAA/SPO tem a incumbência de elaborar a Mensagem Presidencial no tocante aos assuntos afetos ao Ministério dos Transportes, assim como organizar e elaborar a documentação que compõe o Balanço Geral da União – BGU, além de analisar e encaminhar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MP os pedidos de desbloqueio dos créditos orçamentários das ações integrantes do PAC.

Durante o ano de 2007, a SPO realizou o Acompanhamento Orçamentário e Financeiro das Metas Presidenciais atendendo demandas da Casa Civil da Presidência República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da SOF e SPI, além de compor o grupo de acompanhamento do PAC/2007.

## **4. Gestão de programas e ações**

### **4.1. Programas**

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL possui sob sua responsabilidade a Ação 2772 do Programa 0225.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH possui sob sua responsabilidade a Ação 0181 do Programa 0089; a Ação 09HB, a Ação 2004, a Ação 2010, a Ação 2011, a Ação 2012, a Ação 2272, a Ação 4572 do Programa 0225 e a Ação 0716 do Programa 0901.

## 4.1.1. Programa 0225 – Gestão da Política de Transportes

### 4.1.1.1. Dados gerais

*Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	Programa de Gestão de Políticas Públicas
<b>Objetivo geral</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas da área de transportes
<b>Gerente do programa</b>	José Augusto da Fonseca Valente (até junho de 2007) Marcelo Perrupato e Silva ( a partir de junho de 2007)
<b>Gerente executivo</b>	Edson Dias Gonçalves
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	O programa não possui indicadores
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

### 4.1.1.2. Principais Ações do Programa

A única Ação sob a responsabilidade da CGRL é a Ação 2772 – Gestão e Administração do Programa.

### 4.1.1.3. Gestão das ações

#### 4.1.1.3.1. Ação 2772 – Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.1.3.1.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para divulgação e discussão, formulação e divulgação de políticas, etc. produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.1.3.1.2. Resultados / Ações relativas a Serviços Gerais:

a) **Substituição do sistema de ar condicionado central do edifício anexo do Ministério dos Transportes.**

A contratação teve por objetivo a elaboração, acompanhamento, montagem, fiscalização e recebimento dos serviços de substituição do sistema de ar condicionado do Edifício Anexo do Ministério dos Transportes. A substituição dos equipamentos foi motivada pela sua obsolescência em virtude de mais de 25 anos de uso e das péssimas condições de climatização. Visou ainda, a economicidade visto que havia no mercado equipamentos com capacidade de refrigeração muito superior aliada a um menor consumo de energia elétrica. Ademais, as máquinas que estavam em uso trabalhavam com o uso do Clorofluorcarbono – CFC, gás refrigerante que agride a camada de ozônio e em fase terminal de comercialização. A presente ação foi motivada em função da manifestação das autoridades e servidores lotados no edifício anexo, objetivando garantir as condições ideais de trabalho e climatização.

#### **b) Aquisição de Microcomputadores.**

O Ministério dos Transportes adquiriu 400 (quatrocentos) microcomputadores para substituição e equipar suas áreas de atividades dando ênfase aos processos da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e a Secretaria de Política Nacional de Transportes. Tal substituição estava prevista em planos de modernização do Ministério e justificava o fato de que, equipamentos obsoletos trazem uma alta carga de manutenção, por vezes a custos superiores ao de aquisição de novos equipamentos, além de que as áreas envolvidas ficavam grande parte do tempo paralisada por consequência das paradas dos equipamentos.

#### **c) Modernização dos equipamentos – servidores, no-break e switch da Coordenação-Geral de Modernização de Informática.**

A Coordenação Geral de Modernização de Informática do Ministério dos Transportes estava saindo de um processo de sucateamento para uma modernização. Os atropelos causados pelas gestões anteriores levaram ao atual Coordenador Geral de Informática a exigir a aquisições de bens e serviços de forma a oferecer ações que atendessem as demandas das áreas fins.

Buscou-se adquirir “no-breaks”, switches e outros equipamentos. Contratou-se serviços de manutenção da sala cofre e dos servidores; buscou-se modernizar a rede de informática cujos materiais foram adquiridos via processos próprios e os serviços executados pelos técnicos lotados na Coordenação Geral de Modernização de Informática.

#### **d) Serviços de impressão departamental.**

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos já iniciou o processo que visa a departamentalização das impressões de todo o Ministério.

Foram contratadas 10 impressoras policromáticas e mais 2 impressoras monocromáticas .

Já se encontra em andamento o processo de licitação que permitira uma modernização do esboço hoje existente. Pretende-se colocá-lo em prática em junho de 2008.

Entretanto, com o esboço já citado, pode-se perceber a economia no tocante a manutenção aquisição de cartuchos de jato de tinta. Foi feito em trabalho inicial de adaptação dos usuários e agora com a conclusão do processo licitatório pretende-se eliminar, por

completo, a utilização de pequenas impressoras de uso pessoal que dependiam de cartucho adquiridos, geralmente defeituosos.

#### **e) Contratação de empresa para fornecimento, instalações de pisos, forros e luminárias.**

A substituição de contra piso, piso, forro e luminárias nos andares térreo 4º andar, ala leste, 1º andar, hall, 2º andar, hall e 3º andar, hall do edifício anexo e 6º andar do edifício sede deste Ministério foi em decorrência do desgaste natural ocorrido ao longo dos anos. Esta melhoria das instalações visou eliminar as ocorrências de desnivelamento dos pisos que estavam soltando, propiciando sérios riscos de acidentes, além de uniformizar e modernizar as instalações através da aplicação de forro e iluminação mais eficiente.

Outra razão bastante relevante para a execução destas obras foi a preocupação com a saúde dos servidores e usuários do Ministério, uma vez que ficara comprovado que a camada de pó que se alojou sobre os forros, estaria causando efeitos nocivos relacionados com o ar então respirado.

Por fim, buscou-se propiciar a implementação dos programas afetos as Secretarias fins evitando-se assim a perda de recursos orçamentários pela sua não utilização em tempo devido.

### **4.1.2. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União**

#### **4.1.2.1. Dados gerais**

*Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes. Taxa de comprometimento da Receita Líquida da União. Taxa de participação da União no custeio da previdência dos Servidores Públicos Federais.
<b>Gerente do programa</b>	-
<b>Gerente executivo</b>	Helmut Schwarzer
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	O programa não possui indicadores
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Aposentados e pensionistas do MT

#### **4.1.2.2. Principais Ações do Programa**

A Ação sob a responsabilidade da CGRH é a Ação 0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões.

#### **4.1.2.3. Gestão das ações**

##### **4.1.2.3.1. Ação 0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões**

##### **4.1.2.3.1.1. Dados gerais**

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

#### 4.1.2.3.1.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
R\$ 1.641.523.108,00	R\$ 1.636.077.751,10

### 4.1.3. Programa 0225 – Gestão da Política de Transportes

#### 4.1.3.1. Dados gerais

*Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	Programa de Gestão de Políticas Públicas
<b>Objetivo geral</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas da área de transportes
<b>Gerente do programa</b>	José Augusto da Fonseca Valente (até junho de 2007) Marcelo Perrupato e Silva ( a partir de junho de 2007)
<b>Gerente executivo</b>	Edson Dias Gonçalves
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	O programa não possui indicadores
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

#### 4.1.3.2. Principais Ações do Programa

A Ação sob a responsabilidade da CGRH são as seguintes:

- ✓ Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência.
- ✓ Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.
- ✓ Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.
- ✓ Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados.
- ✓ Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.
- ✓ Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.
- ✓ Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação.

### 4.1.3.3. Gestão das ações

#### 4.1.3.3.1. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência.

##### 4.1.3.3.1.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.3.3.1.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 9.301.313,00	R\$ 7.959.511,82

#### 4.1.3.3.2. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.

##### 4.1.3.3.2.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.3.3.2.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 26.600.000,00	R\$ 23.651.269,15

#### 4.1.3.3.3. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.

##### 4.1.3.3.3.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993.
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.3.3.3.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 110.000,00	R\$ 59.335,80

#### 4.1.3.3.4. Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados.

##### 4.1.3.3.4.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
<b>Descrição</b>	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa

<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD
---	--

#### 4.1.3.3.4.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 2.167.000,00	R\$ 1.598.929,18

#### 4.1.3.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.

##### 4.1.3.3.5.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recurso do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.3.3.5.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 2.137.070,00	R\$ 1.844.553,09

#### 4.1.3.3.6. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

##### 4.1.3.3.6.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.



<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagem e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

#### 4.1.3.3.6.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 97.880.802,00	R\$ 85.417.391,73

#### 4.1.3.3.7. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

##### 4.1.3.3.7.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio de eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério dos Transportes
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Estevam Pedrosa
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.3.3.7.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

Previsto	Realizado
R\$ 200.000,00	R\$ 189.926,00

#### 4.1.4. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

##### 4.1.4.1. Dados gerais

*Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Cumprimento de Sentenças Judiciais
<b>Gerente do programa</b>	-
<b>Gerente executivo</b>	-
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	O programa não possui indicadores
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Demandantes das Ações Judiciais

##### 4.1.4.2. Principais Ações do Programa

A Ação sob a responsabilidade da CGRH é a Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais.

##### 4.1.4.3. Gestão das ações

##### 4.1.4.3.1. Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais.

##### 4.1.4.3.1.1. Dados gerais

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Cumprir as decisões judiciais relativas a débitos periódicos vincendos devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais.
<b>Descrição</b>	Pagamento de débitos periódicos vincendos devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais em razão de sentença Transitada em Julgado.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	-
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Executiva
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
<b>Coordenador nacional da ação</b>	-
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

##### 4.1.4.3.1.2. Resultados:

Atendida conforme demanda, no limite da dotação orçamentária:

<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
R\$ 131.351,00	R\$ 66.491,98

## 5. Desempenho operacional

Destaca-se agora, os principais desempenhos obtidos nas Secretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e que estão sob a supervisão e coordenação da Secretaria-Executiva.

*A Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT* não utilizou indicadores numéricos que meçam quantitativamente os resultados e avanços dos processos gerenciados por aquela Unidade ou mesmo o desempenho da própria Secretaria enquanto organização. Entretanto, o tema constitui uma das prioridades do Ministério dos Transportes, o qual, através da Secretaria de Gestão, está desenvolvendo um sistema que permitirá aferir, através de indicadores o grau de satisfação dos usuários do sistema de transporte, incluindo as atividades da SPNT/MT. A Secretaria, porém, faz sempre avaliações específicas e periódicas de cada produto enquanto estão sendo desenvolvidos.

O desempenho da Secretaria é refletido não apenas nos resultados positivos que se obtém na realização das ações a ela atribuídas no Programa de Gestão da Política de Transportes, mas também de outras atividades demandadas pelo Setor e que complementam de forma iterativa para o sucesso de seus propósitos. Entre esses, podemos citar:

➤ **Planos de Outorga para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros:**

Objetivo Geral: Analisar os Planos de Outorgas, elaborados pela ANTT, em conformidade com o inciso III, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Os Planos de Outorgas, submetidos ao MT, representam um conjunto de estudos técnicos e jurídicos, apontando diversas linhas para licitação. Tais estudos são analisados pela SPNT/MT, quando é verificada a consistência dos mesmos, principalmente quanto ao item relativo a viabilidade econômica.

Os Planos de Outorgas após análise da SPNT/MT são encaminhados para a CONJUR/MT com vistas ao exame jurídico para permitir a respectiva aprovação pelo Gabinete do Senhor Ministro de Estados dos Transportes.

Com referência ao Plano Geral de Outorgas, representado por 1.666 linhas, cujas permissões se encerram em outubro de 2008, o MT vem mantendo entendimentos com a ANTT objetivando a agilização do processo, através de mecanismos técnicos e jurídicos que possibilitem a realização das licitações dentro do menor espaço de tempo possível.

Os Planos de Outorgas específicos referem-se a linhas que operam por medida judicial, linhas novas e aquelas que permitem a entrada de novo operador.

Situação/2007: Foram analisados e discutidos com o órgão regulador – ANTT:

- ✓ definição da modelagem do Plano Geral de Outorgas;
- ✓ oito Planos de Outorgas, envolvendo 77 serviços, para licitação de linhas específicas (novas, entrada de novo transportador e aquelas operadas por meio de medida judicial).

Responsável: Fábio Marcelo Rezende Duarte (Diretor do DEOUT/SPNT/MT), Paulo Rodolfo Vilas Boas Nunam (Coordenador-Geral de Avaliação Econômica/SPNT/MT), Andréa Andreis (Coordenadora-Geral de Análise e Editais/SPNT/MT), Áurea Santos Reis (Coordenadora de Avaliação Técnica/SPNT/MT), José Eduardo Vaz Albanese (Coordenador-Geral de Estatística/SPNT/MT) e Reynaldo Araujo da Silva Soares (Assessor/SPNT/MT).

➤ **Simplificação da apresentação do conjunto de documentos que integram os Planos de Outorgas do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros:**

Objetivo Geral: Simplificar a apresentação do conjunto de documentos que integram os Planos de Outorgas, elaborados pela ANTT.

Em face da necessidade de disciplinar o conteúdo, a sistemática e a apresentação do conjunto de documentos que compõem os Planos de Outorgas referentes à prestação de serviços de transportes rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros, elaborados pela ANTT, o MT, em conformidade com a proposta da SPNT/MT, editou a Portaria GM nº 011, de 11-1-2006, publicada em 26-1-2006. Com o objetivo de aperfeiçoar a citada Portaria, a SPNT/MT propôs, em novembro de 2007, uma simplificação da mesma, sem comprometer as exigências técnicas requeridas pela matéria.

Situação/2007: Foi editada a Portaria nº 274, de 19 de dezembro de 2007, publicada em 20 de dezembro de 2007, que simplificou a apresentação do conjunto de documentos que compõem os Planos de Outorga referentes à prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, de acordo com entendimentos entre a SPNT/MT e a ANTT.

Responsáveis: Fábio Marcelo de Rezende Duarte (Diretor do DEOUT/SPNT/MT), Paulo Rodolfo Vilas Boas Nunam (Coordenador-Geral de Avaliação e Estudos Econômicos/SPNT/MT), José Eduardo Vaz Albanese (Coordenador-Geral de Estatística/SPNT/MT) e Reynaldo Araujo da Silva Soares (Assessor/SPNT/MT).

➤ **Programa Passe-Livre:**

Objetivo Geral: Auxiliar na redução das desigualdades sociais e na promoção da mobilidade e acessibilidade através da concessão de credencial para pessoas carentes e portadoras de necessidades especiais viajarem, gratuitamente, em ônibus de transporte coletivo interestadual de passageiros.

Situação: No ano de 2007 foram emitidas 48.167 credenciais, totalizando desde a sua criação 223.100 beneficiados.

Responsável: Magdo Soares (Assessor/SE/MT)

➤ **Organização do PPA:**

Objetivo Geral: Organizar o PPA de acordo com a nova estrutura espacial definida no PNLT.

Situação/2007: Contribuição da SPNT/MT nos conceitos e critérios de organização do PPA, no que diz respeito à área de transporte, levando em conta a nova estrutura espacial definida no PNLT, através de sete vetores logísticos, a saber: amazônico, centro-oeste, nordeste setentrional, nordeste meridional, centro-sudeste, leste e sul.

Responsável: Francisco Luis Baptista da Costa (Diretor do DPAPT/SPNT/MT).

➤ **PAC Transportes:**

Objetivo Geral: Considerar as aderências do PNLT no PAC Transporte.

Situação: A SPNT/MT colaborou com a SEGES/MT na organização do PAC, respaldando-o nas premissas e simulações de projetos, investimentos e ações desenvolvidos no PNLT.

Responsável: Francisco Luis Baptista da Costa (Diretor do DPAPT/SPNT/MT).

➤ **Realização reuniões técnicas com os transportadores rodoviários de cargas, autônomos e empresariais:**

Objetivo Geral: Busca do maior equilíbrio entre as forças de oferta e demanda.

Situação/2007: Os encontros visaram à busca de soluções assentadas na realidade dos problemas de ordem institucional, operacional e econômica e do maior equilíbrio entre as forças de oferta e demanda

Responsável: José Eduardo Vaz Albanese (Coordenador-Geral de Estatística/SPNT/MT).

➤ **Renovação da frota de veículos de transporte de carga e passageiros:**

Objetivo Geral: Melhoria das condições operacionais.

Situação/2007: Foram discutidas com as instituições financeiras oficiais a implementação de programa de financiamento com vistas ao incentivo à renovação da frota de veículos de transporte de carga e passageiros.

Responsável: José Eduardo Vaz Albanese (Coordenador-Geral de Estatística/SPNT/MT).

➤ **Participação em fóruns internacionais:**

Objetivo Geral: Atração de investimentos.

Situação/2007: A SPNT/MT participou de fóruns e reuniões técnicas na Alemanha, Uruguai, Chile, Inglaterra, Espanha, França (OECD), Itália e também nos fóruns do IRSSA, envolvendo seus diversos países membros, divulgando o PNLT e representando institucionalmente o MT.

Responsável: Marcelo Perrupato (Secretario da SPNT/MT) e Francisco Luis Baptista da Costa (Diretor do DPAPT/SPNT/MT).

➤ **Plano de Revitalização das Ferrovias / Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros:**

Objetivo Geral: Cria as condições para o retorno do transporte de passageiros às ferrovias, promovendo o atendimento regional, social e turístico, onde viável, a geração de emprego e renda. Ainda serão realizadas intervenções para implantação de trens modernos para transporte de passageiros regionais e interestaduais, entre cidades de alta concentração populacional, especialmente.

Situação: Neste sentido o Ministério dos Transportes vem trabalhando em três frentes, sendo elas:

- ✓ **Trens de Turismo:** visam à geração de emprego e renda, o desenvolvimento do turismo nas cidades servidas e a preservação do patrimônio histórico e cultural ferroviário. Encontra-se em acompanhamento propostas de implantação nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul;
- ✓ **Trens Regionais:** visam a promover a integração regional, desenvolver empreendimentos imobiliários e de serviços ao longo do trecho e minimizar a ociosidade de trechos ferroviários. Nesse sentido foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério dos Transportes – MT e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo com intervenientes o Ministério das Cidades - MCidades, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária – ABIFER e o Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários – SIMEFRE.

O BNDES participará no financiamento de cerca de 70 % dos investimentos, envolvendo material rodante, trem unidade leve com dois carros podendo ser movido à diesel, bio-diesel ou GNV, a ser produzido pela indústria ferroviária nacional, melhoria das vias, estações e acessos. O BNDES também financiará a montagem das linhas de produção da indústria ferroviária.

O Ministério das Cidades participará elaborando os estudos do impacto urbano deste transporte sobre os demais. São previstos 14 trechos pilotos (iniciais). Os trens regionais também estarão aptos a realizar o transporte de pacotes e encomendas, de alto valor agregado, possibilitando o atendimento de serviços de correios e aeroportos.

No ano de 2007 foi concluído o processo de seleção dos 14 trechos sobre os quais serão realizados os estudos de viabilidade econômica e social, a cargo do Ministério dos Transportes. Também foi concluído o Termo de Referência para a contratação desses estudos que deverão iniciar-se ainda no primeiro semestre de 2008. Em 2008 deverá ser aditivado em prazo o referido Acordo de Cooperação Técnica.

- ✓ **Trens de Alta Velocidade:** visam promover a ligação por meio de trens de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2007 participamos de vários seminários como palestrantes sobre o tema. Em 2008 estaremos acompanhando os estudos de viabilidade econômica sob a

responsabilidade do BNDES. O Ministério dos Transportes vem estudando e analisando propostas de projetos desenvolvidas no Brasil e no exterior visando verificar as possibilidades de sua implantação.

Importante destacar que o Departamento de Relações Institucionais - DERIN iniciou em 2007 o levantamento de informações referentes aos transportes visando, em 2008, voltar a publicar o Anuário de Transportes, paralisado em 2001, quando foram encerradas as atividades da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, o GEIPOT, entrado em processo de liquidação.

*A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES* não está medindo o desempenho de suas atividades mediante o emprego de indicadores de desempenho. Sendo assim o resultado do desempenho operacional da Unidade está informado a seguir, em formato discursivo:

➤ **Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007:**

Nos levantamentos realizados sobre execução física constantes do SIGplan, quando do fechamento do exercício de 2007, em 594 ações da Lei Orçamentária Anual - LOA 2007, constituídas de 870 localizadores de gastos (atributo que especifica a localização física onde é executada a ação), 274 ações apresentaram execução financeira no montante de R\$ 4.910,4 milhões, das quais apenas 54 ações apresentaram informações sobre a execução física, correspondendo a 19,7% do total; 159 ações tiveram recursos empenhados mas não apresentaram execução financeira; 161 ações não tiveram recursos empenhados.

Dos Restos a Pagar – RAP, totalizando 246 ações, com 359 localizadores de gastos, 212 ações apresentaram pagamentos no montante de R\$ 2.289,8 milhões, das quais apenas 4 ações apresentaram informações sobre a execução física, o que corresponde a 1,9% do total. Entre as ações inscritas em restos a pagar, 34 não apresentaram pagamentos.

Com a criação da Secretaria Especial de Portos – SEP, em maio de 2007, alguns programas sob responsabilidade do Ministério dos Transportes passaram à condição de multissetoriais, mas no SIGplan esta situação ainda não está atualizada. A mudança implicou na alteração das Unidades Orçamentárias executoras de ações e, apesar dos esforços da UMA, ainda persistem indefinições quanto aos novos Coordenadores de Ação, responsáveis pela alimentação das informações no SIGplan.

Os quadros demonstrativos da LOA 2007 e RAP (Quadros 1 e 2) apresentam, por programa, com seus Gerentes e respectivos Gerentes Executivos, o total de ações, o total de localizadores, a quantidade de ações com informação da execução física, o percentual de registro da execução física, o total de recursos disponibilizados, o montante de recursos financeiros aplicados e o percentual de execução financeira.

**QUADRO RESUMO DO MONITORAMENTO DO PPA ATÉ DEZEMBRO 2007**  
**Recursos do OGU-2007**

Situação em 24/01/2008  
em R\$1.000.000,00

GERENTE DOS PROGRAMAS	Diretor-Geral do DNIT (LUIZ ANTÔNIO PAGOT)									
GERENTES-EXECUTIVOS	Luiz Reginaldo de Souza			Marco Antônio de Oliveira			Luiz Munhoz Prosel Júnior		José Henrique Coelho Sadok de Sá	
PROGRAMAS	Manutenção da Malha Rodoviária Federal	Corredor Leste	Corredor Mercosul	Corredor São Francisco	Corredor Transmetro-politano	Corredor Sudoeste	Corredor Nordeste	Corredor Oeste-Norte	Corredor Araguaia Tocantins	Corredor Fronteira Norte
Total de ações	145	81	41	42	22	6	53	58	58	13
Total de localizadores	239	120	56	58	33	7	74	60	79	14
Ações com execução financeira (A)	65	37	18	26	12	1	16	8	26	7
Ações com execução física (B)	8	6	2	1	4	0	5	0	5	0
Percentual de registro de execução física (%) (B/A)	12,3	16,2	11,1	3,8	33,3	0,0	31,3	0,0	19,2	0,0
LOA + CREDITOS (R\$ milhões) (C)	3.275,9	959,4	1.386,1	286,8	401,4	118,0	1.259,5	617,7	2.271,9	432,8
Financeiro executado (R\$ milhões) (D)	1.495,2	228,0	498,0	122,4	253,5	0,3	212,4	48,6	617,8	131,7
Percentual da execução financeira (%) (D/C)	45,6	23,8	35,9	42,7	63,2	0,3	16,9	7,9	27,2	30,4

GERENTE DOS PROGRAMAS	Diretor-Geral do DNIT (LUIZ ANTÔNIO PAGOT)		Diretor-Geral da ANTT (José Alexandre Nogueira de Resende)		Secretário de Fomento para Ações de Transportes (PEDRO DA COSTA CARVALHO)		Dirtor-Geral da ANTAQ (Fernando Antônio Brito Fialho)	Secretário de Política Nacional de Transportes (Marcelo Perrupato e Silva)	TOTAL GERAL
GERENTES-EXECUTIVOS	Francisco de Assis Ramalho Além	Jony Marcos Valle Lopes	José Julio Prata Gomes		Luiz Manoel de Figueiredo Jordão	Luiz Eduardo Garcia	José Soares de Sousa	Edson Dias Gonçalves	
PROGRAMAS	Manutenção de Hidrovias	Infra-Estrutura de Transportes	Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário	Serviço de Transporte Rodoviário	Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	Navegação Interior	Serviço de Transporte Aquaviário	Gestão da Política dos Transportes	
Total de ações	1	10	10	3	9	DESCONTINUADO EM 2007	10	32	594
Total de localizadores	8	11	35	3	10		10	53	870
Ações com execução financeira (A)	1	5	6	3	9		9	25	274
Ações com execução física (B)	0	0	4	3	3		7	6	54
Percentual de registro de execução física (%) (B/A)	0,0	0,0	66,7	100,0	33,3		77,8	24,0	19,7
LOA + CREDITOS (R\$ milhões) (C)	48,1	176,5	25,9	17,1	1.236,8		45,4	684,2	13.243,5
Financeiro executado (R\$ milhões) (D)	15,6	16,6	4,0	12,8	1.012,5		40,2	200,7	4.910,4
Percentual da execução financeira (%) (D/C)	32,5	9,4	15,4	75,0	81,9		88,5	29,3	37,1

fontes: Execução física e financeira - SIGPLAN (relatório de execução) - Execução financeira - Senado Federal - SIGA BRASIL



**QUADRO RESUMO DO MONITORAMENTO DO PPA ATÉ DEZEMBRO 2007**  
**Recursos de Restos a Pagar**

Situação em 24/01/2008  
em R\$1.000.000,00

GERENTE DOS PROGRAMAS	Diretor-Geral do DNIT (LUIZ ANTÔNIO PAGOT)									
	Luziel Reginaldo de Souza			Marco Antônio de Oliveira			Luiz Munhoz Prosel Júnior		José Henrique Coelho Sadok de Sá	
PROGRAMAS	Manutenção da Malha Rodoviária Federal	Corredor Leste	Corredor Mercosul	Corredor São Francisco	Corredor Transmetro-politano	Corredor Sudoeste	Corredor Nordeste	Corredor Oeste-Norte	Corredor Araguaia Tocantins	Corredor Fronteira Norte
Total de ações	55	15	29	12	10	3	14	26	20	6
Total de localizadores	147	15	30	12	10	3	17	26	21	6
Ações com execução financeira (A)	51	13	24	11	9	3	14	20	17	3
Ações com execução física (B)	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0
Percentual de registro de execução física (%) (B/A)	0,0	7,7	4,2	9,1	0,0	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0
RAP INSCRITO 2005 (R\$ milhões) (C)	1.280,6	340,1	501,2	66,4	102,4	22,5	281,8	167,5	334,2	51,5
RAP INSCRITO 2006 (R\$ milhões) (D)	1.058,2	307,1	497,3	96,6	51,0	11,3	431,5	221,9	282,9	62,3
RAP - PAGO (2005+2006) (R\$ milhões) (E)	789,4	158,6	319,7	58,9	32,8	7,3	304,9	70,3	133,1	44,5
Percentual da execução financeira (%) E/(C+D)	33,8	24,5	32,0	36,1	21,4	21,7	42,7	18,1	21,6	39,1

GERENTE DOS PROGRAMAS	Diretor-Geral do DNIT (LUIZ ANTÔNIO PAGOT)		Diretor-Geral da ANTT (José Alexandre Nogueira de Resende)		Secretário de Fomento para Ações de Transportes (PEDRO DA COSTA CARVALHO)		Dirtor-Geral da ANTAQ (Fernando Antônio Brito Filho)	Secretário de Política Nacional de Transportes (Marcelo Perupato e Silva)	TOTAL GERAL
	Francisco de Assis Ramalho Além	Jony Marcos Valle Lopes	José Julio Prata Gomes		Luiz Manoel de Figueiredo Jordão	Luiz Eduardo Garcia	José Soares de Sousa	Edson Dias Gonçalves	
PROGRAMAS	Manutenção de Hidrovias	Infra-Estrutura de Transportes	Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário	Serviço de Transporte Rodoviário	Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	Navegação Interior	Serviço de Transporte Aquaviário	Gestão da Política dos Transportes	
Total de ações	2	10	3	3	5	4	6	23	246
Total de localizadores	8	11	9	3	5	4	6	26	359
Ações com execução financeira (A)	1	8	3	3	4	2	6	20	212
Ações com execução física (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Percentual de registro de execução física (%) (B/A)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9
RAP INSCRITO 2005 (R\$ milhões) (C)	14,6	0,0	1,6	5,0	17,7	0,0	5,0	76,6	3.268,5
RAP INSCRITO 2006 (R\$ milhões) (D)	16,1	96,0	2,5	3,5	346,1	0,8	3,5	74,2	3.562,9
RAP - PAGO (2005+2006) (R\$ milhões) (E)	13,6	51,2	1,5	1,9	259,7	0,0	2,3	40,2	2.289,8
Percentual da execução financeira (%) E/(C+D)	44,4	53,3	38,0	22,3	71,4	0,0	27,4	26,7	33,5

fontes: Execução física e financeira - SIGPLAN (relatório da execução) - Execução financeira - Senado Federal - SIGA BRASIL

➤ **Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores:**

Como resultado final da primeira fase do projeto foi identificado um conjunto com os quarenta e cinco indicadores que deverão constituir a base para a avaliação do êxito ou insucesso das intervenções em transportes, que facilitarão a avaliação de desempenho das ações, medindo os efeitos que ocorrerão em consequência da realização das ações.

Os indicadores propostos permitirão o referenciamento geográfico por Unidade da Federação, municípios e empreendimentos, agregação temporal por mês e ano, agregação por modo, rodoviário, ferroviário ou aquaviário e a agregação por tipo de objeto, carga ou passageiro.

Para implementação da fase seguinte, foram escolhidos indicadores que possuíssem relação direta com as ações a serem empreendidas pelo Ministério dos Transportes e seus órgãos de execução descentralizada.

Assim, a próxima etapa envolverá a contratação dos serviços na modalidade de concorrência tipo técnica e preço, em regime de empreitada de preço global para:

- ✓ coleta de dados em fontes secundárias e levantamento em campo para pesquisa piloto a ser realizada nos seis primeiros meses;
- ✓ coleta e consolidação dos dados para os indicadores referendados na pesquisa piloto por mais trinta meses;
- ✓ desenvolvimento de solução computacional envolvendo a estruturação de banco de dados e de ferramenta de análise e de visualização; e
- ✓ concepção e realização de treinamento para a utilização do sistema de indicadores.

Os vinte e quatro indicadores são:

- ✓ Continuidade do serviço de transporte.
- ✓ Taxa de utilização efetiva da infra-estrutura.
- ✓ Freqüência do serviço.
- ✓ Fluxo máximo atual de veículos.
- ✓ Capacidade do terminal.
- ✓ Índice de cobertura.
- ✓ Total de vítimas do transporte.
- ✓ Taxa média de carga danificada.
- ✓ Taxa média de carga perdida.
- ✓ Pontualidade.
- ✓ Tarifa unitária.
- ✓ Frete unitário.
- ✓ Preço unitário da utilização da infra-estrutura.
- ✓ Demanda atendida de passageiros.
- ✓ Demanda atendida de cargas.
- ✓ Tempo de percurso unitário médio.
- ✓ Tempo de embarque/desembarque unitário.
- ✓ Tempo de carregamento/descarregamento unitário.
- ✓ Tempo médio de espera para o embarque/desembarque.
- ✓ Tempo médio parado esperando carregamento/descarregamento.

- ✓ Custo unitário de construção da infra-estrutura (de transporte).
- ✓ Custo unitário de manutenção da infra-estrutura de transportes.
- ✓ Custo unitário de exploração da infra-estrutura (de transporte). e
- ✓ Custo total de recuperação da infra-estrutura de transporte.

➤ **Acompanhamento e Monitoramento do PAC:**

O monitoramento dos empreendimentos na infra-estrutura logística em rodovias, ferrovias, hidrovias e marinha mercante resultaram na elaboração de dois balanços parciais e um anual, com 70 ações monitoradas até abril, 86 até agosto, devido ao desmembramento de ações.

O balanço anual apresentou o acompanhamento de 124 ações de infra-estrutura logística demonstrando a evolução das ações monitoradas, sendo 69 em rodovias, 12 em ferrovias e 42 em hidrovias e 01 em Marinha Mercante.

Os balanços apresentaram, para cada um dos empreendimentos, as características gerais, os principais resultados alcançados com a execução física, as providências a serem adotadas para a solução dos problemas e uma avaliação do andamento das ações, classificando-as como em “andamento adequado”, “exigindo atenção” ou “considerada preocupante”.

➤ **Acompanhamento dos Programas de Trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal:**

No exercício de 2007 foram recebidas e examinadas as informações dos Estados e do Distrito Federal para utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, envolvendo:

- ✓ análise de 27 relatórios contendo os demonstrativos da execução orçamentária e financeira dos respectivos Programas de Trabalho do exercício de 2006 e o saldo das contas vinculadas, no último dia do ano, referentes aos recursos distribuídos pela União às Unidades da Federação, num total de 523 empreendimentos;
- ✓ análise dos relatórios com os demonstrativos da execução orçamentária e financeira parcial dos recursos recebidos e publicação de 34 alterações de Programas de Trabalho do exercício de 2007, dos Estados e do Distrito Federal, num total de 855 empreendimentos;
- ✓ análise e publicação dos 27 Programas de Trabalho de infra-estrutura de transportes para o ano de 2008, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, num total de 652 empreendimentos.

*No âmbito da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT* não houve a definição prévia de metas, ou mesmo de indicadores voltados à gestão dos processos internos, ou à gestão das ações desvinculadas de programas constantes do PPA. Em relação ao Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, há a definição de metas e indicadores em algumas ações, cujo monitoramento está a cargo do DEFMM. Entretanto, há a aparente dificuldade em apurar os dados relativos à idade média da frota nas modalidades de navegação de longo curso,

cabotagem e de interior, bem como a taxa de participação do modal aquaviário na Matriz de Transporte, os indicadores escolhidos para o programa.

Mesmo com essas ressalvas, é possível aferir objetivamente o desempenho operacional da SFAT e de seus departamentos em algumas das ações, utilizando-se, entre outros, os seguintes indicadores:

1) *Dotação Orçamentária Empenhada*. Indicador de eficácia e de eficiência de um programa, que permite calcular o percentual dos volumes de recursos efetivamente empenhados do total da dotação orçamentária. A aferição é simples, através dos relatórios de execução do Orçamento.

Em 2007, dentro do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, foram empenhados R\$ 1.009.738.482,00, 80,4 % do total de R\$ 1.255.399.031,00 disponível. Este número mostra o estágio de maturidade do Programa, e sua alta eficiência no emprego dos recursos em sua finalidade. O número poderia ser ainda maior, sendo impactado por diversas influências externas ao gestor.

Os projetos apresentados, após aprovados pelo julgamento da adequação técnica pelo DEFMM, são submetidos à análise do CDFMM. Caso a prioridade para o financiamento seja concedida, a operacionalização do financiamento depende agora do agente financeiro, que vai analisar se o proponente atende aos requisitos necessários para a contratação. Após, durante a construção, as liberações de recursos são feitas obrigatoriamente em parcelas, de acordo com o estágio da obra, obedecendo a um cronograma físico-financeiro.

Se por um lado não é o mais adequado para apontar gargalos e deficiências pontuais no processo, o indicador tem a vantagem de consistir em um instrumento amplo, que aponta a eficiência e a eficácia do Programa em sua totalidade.

2) *Arrecadação do AFRMM*. Indicador de eficácia e eficiência da atividade de arrecadação, permitindo a comparação anual dos valores arrecadados e, ainda, medir a efetividade das ações relacionadas ao combate a fraudes e ao aumento de arrecadação, por exemplo. Como ocorreu com a implementação do Mercante, quando a arrecadação saltou do patamar de R\$ 450 milhões para a casa de R\$ 1 bilhão.

A arrecadação total do AFRMM foi, em 2006, de R\$ 930 milhões e, em 2007, R\$ 1,355 bilhão, com um crescimento da ordem de 46%. Tal incremento é reflexo do aperfeiçoamento do Sistema MERCANTE, dos controles da arrecadação, do fim da não incidência do AFRMM no transporte de mercadorias com origem ou destino final em porto das regiões Norte e Nordeste na navegação de longo curso, e do maior número de operações de transporte aquaviário, com o aquecimento da economia.

Além do registro acima, vale destacar que a SFAT desenvolveu várias atividades que propiciaram o alcance dos expressivos resultados, entre as quais podemos citar:

- ✓ No exercício de 2007, a SFAT trabalhou, em conjunto com a Receita Federal do Brasil, na integração do MERCANTE com o Siscomex/Carga, o que levou à publicação da Instrução Normativa Conjunta RFB/MT nº 797, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a prestação de informações necessárias ao controle

aduaneiro de embarcações, cargas e unidades de carga e à arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

- ✓ Continuidade na realização de estudos visando o aperfeiçoamento da legislação do AFRMM e do FMM.
- ✓ Acompanhamento da tramitação das Medidas Provisórias 369 e 382, de 2007, às quais foram apresentadas emendas que versavam sobre alterações na Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, e na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, bem como do Projeto de Lei nº 1.322, de 2007, de autoria do Deputado Marcos Montes, do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, de autoria do Senador César Borges e do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 340, de 2006, que versavam sobre o mesmo assunto, com encaminhamento de notas técnicas à Secretaria-Executiva e à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro.
- ✓ Elaboração de Projeto de Decreto que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre a importação e a comercialização de óleo combustível, tipo bunker, destinado à navegação de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo.
- ✓ Elaboração de Projeto de Medida Provisória que estende às empresas brasileiras de navegação, no fornecimento de combustível e de lubrificantes às embarcações que operam nas navegações de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo, idêntico tratamento tributário aplicado àqueles produtos fornecidos às embarcações de empresas estrangeiras que operam no longo curso.
- ✓ Participação e realização de duas Reuniões Ordinárias pelo CDFMM.
- ✓ Realização de duas reuniões do Comitê Gestor Interministerial da Subvenção ao Prêmio do Seguro-Garantia, presidido pelo Secretário de Fomento para Ações de Transportes.
- ✓ Participação na análise e elaboração do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 04/2005/MT celebrado entre a União federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Outras atividades, ainda que não diretamente afetas às atribuições definidas no Decreto nº 4.721, de 2003, são relacionadas à atuação da Secretaria de Fomento na articulação com outros órgãos e entidades, na defesa dos interesses do setor de transportes:

- ✓ Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Turismo.
- ✓ Representação do Ministério dos Transportes no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Em relação às demais áreas de atuação da SFAT, não vinculadas a um programa finalístico constante do Plano Plurianual, e mais voltadas à gestão da política de transportes, e ao cumprimento de atribuições consuetudinárias nem sempre definidas em norma, merecem menção as principais atividades desenvolvidas.

Neste particular, observa-se que muitas das atividades desempenhadas não se relacionam com as atribuições constantes do Decreto nº 4.721, de 2003, mas decorrem da capacidade de seus técnicos, que não podem se furtar a colaborar na gestão das políticas de transportes, ou nas matérias afetas ao Ministério, em virtude de um descompasso regimental.

Lembre-se, ainda, que a SFAT sucedeu a antiga Secretaria de Transportes Aquaviários -STA, herdando boa parte de seu corpo técnico, mas não necessariamente suas atribuições.

Durante o exercício de 2007, técnicos do DEFIT continuaram realizando atividades relacionadas com o desenvolvimento das vias navegáveis, das quais são relacionadas abaixo as mais significativas:

- ✓ Acompanhamento de diversas atividades de vias navegáveis interiores, desenvolvidas pela Diretoria de Infra-estrutura Aquaviária – DAQ, da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES, bem como na elaboração e análise de Programas e Ações para as vias navegáveis;
- ✓ Acompanhamento, como Gerencia Executiva em apoio ao Gerente de Programa, Secretário de Fomento para Ações de Transportes - SFAT, do descontinuado Programa de Navegação Interior – 0228, constante do Plano Plurianual 2004-2007;
- ✓ Participação nos Grupos de Trabalho Interministerial criados no âmbito da Casa Civil, para o rio Taquari, o rio Madeira e a Ilha do Marajó;
- ✓ Elaboração e atualização do Mapa dos Principais Rios Navegáveis Brasileiros, disponibilizados no site do Ministério dos Transportes;
- ✓ Acompanhamento à tramitação da Medida Provisória nº 349/2007, com emissão de parecer pela aprovação da Emenda 16, apresentada pelo Senador Augusto Botelho, que solicitou a inclusão de hidrovias no rol de empreendimentos que poderão receber recursos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FI-FGTS. Tal MP foi posteriormente convertida na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, incluindo a referida disposição.
- ✓ Emissão de Nota Técnica com manifestação em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 232/2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que buscava transformar o Rio Araguaia em Rio Parque.
- ✓ Colaboração na elaboração de documento contendo as principais vias navegáveis a serem incluídas no Projeto de Lei do Sistema Nacional de Viação, assim como nas definições que deverão constar no Projeto de Lei em elaboração por Grupo de Trabalho no Ministério dos Transportes;
- ✓ Colaboração com a Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT na realização do Plano Nacional de Logística de Transportes – PNLT, em elaboração pelo CENTRAN, nas partes e capítulos que contemplam as proposições relacionadas às vias navegáveis;

- ✓ Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, com participação nas Câmaras Técnicas de Análise de Projetos, Integração da Gestão das bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recursos Transfronteiriços, com ênfase na participação da formulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH;
- ✓ Representação do Ministério dos Transportes na Comissão Brasileira para Programas Hidrológicos Internacionais – COBRAPHI, órgão vinculado ao Programa Hidrológico Internacional no âmbito da UNESCO;
- ✓ Representação do Ministério dos Transportes no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai, e demais Grupos Técnicos que o compõem, sob a égide do Acordo para Navegação Fluvial da Hidrovia, firmado entre os cinco países da Bacia do Prata;
- ✓ Representação do Ministério dos Transportes, como suplente, nas reuniões e atividades do Grupo Interministerial para a International Maritime Organization – IMO;
- ✓ Representação do Ministério dos Transportes como membro, nas reuniões e atividades da Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos, sempre e quando autorizado a participar nas reuniões;
- ✓ Participação e acompanhamento, inclusive de reuniões gerais de coordenação, das atividades do DNIT relacionadas às vias navegáveis interiores e das Administrações Hidroviárias, assim como em reuniões relacionadas com o andamento de ações judiciais, licenciamento ambiental e reuniões técnicas, com órgãos relacionados, como AGU, ANA, ANEEL, ONS, EPE, etc;
- ✓ Análise e pronunciamento sobre pleitos diversos de naturezas pública e privada nas hidrovias do Tietê-Paraná, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Madeira e Parnaíba, entre outras;
- ✓ Participação em Reuniões, Seminários e Congressos, representando o Ministério dos Transportes, inclusive a elaboração e a apresentação de palestras e conferências e coordenação de Mesas e Debates;
- ✓ Atuação do Diretor, a convite da Permanent International Association of Navigation Congresses – PIANC, como representante do Brasil, no grupo de trabalho WG-29 – Innovations in Lock Design, como parte da Inland Navigation Commission – In Com.

Já em relação à Coordenação-Geral de Captação de Recursos/DEFIT, entre as várias atividades desenvolvidas no exercício de 2007, cabe destacar:

- ✓ Participação na continuidade do processo de transferência de rodovias federais aos Estados, autorizada pela Medida Provisória nº 82/2002, mediante esclarecimentos às autoridades estaduais, parlamentares, e outros órgãos da administração federal

sobre as medidas ainda a serem adotadas para a finalização do processo, bem como em Grupo de Trabalho instituído para a elaboração de normas para a prestação de contas dos recursos transferidos aos Estados no processo;

- ✓ Acompanhamento da execução do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE, com financiamento parcial do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;
- ✓ Acompanhamento do processo de aprovação, pelos vários órgãos do executivo e pelo Senado Federal, de operação de crédito externa junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o financiamento parcial do Programa de Redução de Custos Logísticos – PREMEF (*SWAp transportes*). O Contrato de Empréstimo, no valor de US\$ 501,25 milhões, foi assinado em 03.12.2007;
- ✓ Início do desenvolvimento das várias atividades previstas no âmbito do Programa de Redução de Custos Logísticos: coordenação com o DNIT e a ANTT, objetivando a elaboração dos primeiros Termos de Referência para contratação das atividades técnicas previstas: treinamento e estudos nas áreas de meio-ambiente, regulação, informática, entre outras;
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos de atualização do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.176, referente ao Plano Nacional de Viação – SNV;
- ✓ Em coordenação com o DNIT e a Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, elaboração dos princípios e diretrizes que nortearão a execução dos Contratos CREMA;
- ✓ Negociação, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de operação de crédito externo no valor de US\$ 100,0 milhões, para o financiamento parcial do Programa de Ampliação da Capacidade e Modernização do Corredor MERCOSUL-BR-101/SC/RS – Florianópolis-Osório;
- ✓ Participação nos entendimentos entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Itaipu Binacional para a elaboração de estudos de pré-viabilidade - transposição da barragem da hidrelétrica. A realização do estudo será feita mediante doação daquele organismo internacional;
- ✓ Participação no desenvolvimento de estudos referentes a modelagens para a concessão rodoviária.

Destaca-se agora, os principais desempenhos obtidos nas Subsecretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e que estão sob a supervisão e coordenação da Secretaria-Executiva.

*No âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL* cumpre salientar que o desempenho de suas atividades só não atingiu a maiores níveis em razão dos cortes orçamentários, haja vista a proposição de créditos no valor de R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais) e a liberação de recursos na ordem de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais).



Entretanto, dentro das reais possibilidades podemos destacar os seguintes indicadores.

A meta do desempenho relacionada com os gastos com material permanente atingiu o montante de 66% do valor total. Os 34% não executados ocorreram por razões que extrapolaram a competência do órgão, quer pela liberação de recursos já no final de exercício, ou por impedimentos legais surgidos no decorrer dos processos licitatório.

As obras, tidas como de caráter urgente foram contratadas dentro do exercício e sua conclusão estão ocorrendo no início de 2008 com recursos inscritos em Restos a Pagar de 2007.

A modernização da área de informática no que se refere à contratação de serviços foi plenamente atingida e, quanto a aquisição de *Switch*, esta não ocorreu em razão de recursos administrativos e judiciais no decorrer do processo licitatório conforme já exposto.

A questão relacionada com as demais atividades de suporte as áreas fins, como segurança, limpeza, materiais, energia, água, etc., tiveram sua execução contemplada com o pleno êxito uma vez que os recursos foram direcionados conforme a sua imprescindibilidade.

Resultante das ações praticadas por esta Coordenação é de fundamental relevância dar uma idéia da dimensão das atividades executadas.

Foram abertos 93.647 processos via serviço de protocolo. Para aquisição de bens e contratação de serviços foram realizadas 49 dispensas de licitações, 16 inexigibilidades, e 52 licitações através de Pregões, e 01 Adesão a Ata de Registro de Preços.

Foram instaurados, em 2007, 04 Processos Administrativos Disciplinares. Em 2007, ocorreu o julgamento de 03 Processos Administrativos Disciplinares instaurados neste mesmo exercício. Também em 2007, foram julgados 03 processos de sindicâncias instaurados em exercícios anteriores.

Foram emitidas 2.263 Ordens Bancárias das quais foram canceladas 63. Foram emitidas 238 Notas de Lançamento, 352 Notas de Empenho e 12 Notas de Créditos.

Foram redigidos, assinados e publicados 76 contratos e 108 termos aditivos, de cunho administrativo. Foram emitidos 980 bilhetes de passagens nacionais no valor total de R\$ 684.919,07 e 19 bilhetes de passagens internacionais no valor total de R\$ 9.948,84.

Foi mantido o devido controle no que se refere aos bilhetes de passagens emitidos e não utilizados, em virtudes das viagens canceladas. Foram pagas 1.748,5 diárias nacionais no valor total de R\$ 243.362,10 e 53 diárias internacionais no valor total de R\$ 30.650,65.

Dos convênios que se encontravam em andamento em dezembro de 2006, durante o exercício de 2007, todos tiveram suas vigências encerradas. Dever ser destacado que em 2007, foi celebrado apenas um convênio.

**A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH**, no exercício de 2007, atingiu significativos objetivos e metas no desempenho de suas atividades.

A Coordenação de Administração do Pessoal Ativo - **COAD** atuou intensamente no planejamento e supervisão das atividades relativas ao cadastro funcional, ao controle do pagamento, à capacitação e treinamento e ao plano de assistência aos servidores.

O quantitativo de treinados no ano de 2007 foi de 298 pessoas. Apesar desse número não superar os 359 atendimentos do ano anterior, entenda-se que a sua execução deu-se sob diferentes contextos. O orçamento liberado para o exercício de 2006 previa o valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) para os programas de treinamento e capacitação de pessoal. Desse montante, R\$ 211.922,30 (duzentos e onze mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta centavos) foram liquidados, o que significa 86% (oitenta e seis por cento) do total. Para 2007 a provisão foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o gasto realizado, no valor de R\$ 191.683,68 (cento e noventa e um mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos) corresponde ao percentual de 95% (noventa e cinco por cento), além da expressiva demanda por cursos de língua estrangeira sem ônus para o Ministério.

Registre-se que esse valor efetivamente despendido atendeu às determinações do Decreto nº 5707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, entre elas o Plano Anual de Capacitação que legitima os critérios exigidos para a implementação de cursos de aperfeiçoamento nesta Pasta, como a relevância do treinamento para o serviço.

As atividades de assistência médica e social foram garantidas com a atuação da equipe, cuja formação desde 2006, proporcionou melhor execução do serviço. Como marco do ano de 2007, destaca-se o Convênio de Cooperação mútua celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e este Ministério para suprir as necessidades dos convenientes no que se refere às atividades de perícias e juntas médicas dos respectivos servidores e dependentes e exames adicionais; um expressivo apoio operacional, já que a CGRH não possuía equipe e nem estrutura logística para analisar os inúmeros processos relacionados às pensões originárias do ex-DNER, cuja amplitude cobre quase o país inteiro.

Também destaca-se a gestão do plano de assistência à saúde, conveniado com a GEAP desde junho de 2003. Com a contribuição per capita repactuada em outubro de 2006 para o valor de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), todos os pagamentos foram providos com a dotação orçamentária disponível, preservando-se os participantes de contribuições mais onerosas.

A boa administração dos recursos orçamentários e financeiros por essa área também permitiu a consecução de resultados satisfatórios no atendimento das demandas judiciais por pagamentos de Alvarás e demais Ações Ordinárias, já que sua atuação se dá para toda CGRH.

As atividades da Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas - **COAP** se referem à concessão, revisão e manutenção de aposentadorias e pensões, razão pela qual todas as ações e rotinas estabelecidas visaram

agilizar a análise de, aproximadamente, 42.000 (quarenta e dois mil) processos pendentes e manter atualizados os cadastros de:

- ✓ 27.612 (vinte e sete mil, seiscentos e doze) beneficiários originários do Ministério da Fazenda;
- ✓ 25.758 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito) beneficiários originários do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e
- ✓ 17.836 (dezessete mil, oitocentos e trinta e seis) beneficiários originários do INSS.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no período, alguns indicativos demonstram que, no exercício passado, operou-se com eficácia no desenvolvimento das atividades, merecendo destaque aquelas que se constituem em tarefas prioritárias no âmbito da unidade e subsidiam o desenvolvimento de todas as demais atividades da área:

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
DESPACHOS EMITIDOS EM PROCESSOS JUDICIAIS	1.805	2.097	2.485
PROCESSOS TRABALHADOS PARA HOMOLOGAÇÃO DA SFC/CGU/PR	1.038	1.362	1522
PROCESSOS HOMOLOGADOS PELA SFC/CGU/PR	229	780	1.129
PORTARIAS EXPEDIDAS	3.860	3.924	4.051

Com relação, ainda, a esta unidade, deve ser também destacado que aproximadamente 76% (setenta e seis por cento) dos documentos destinados às diversas áreas da CGRH, tramitaram através dela em face do estabelecimento de novas rotinas de trabalho com o objetivo de proporcionar ao destinatário, mecanismos de controle mais eficazes e maior disponibilidade de tempo para a efetiva execução de suas competências.

Pode-se destacar, também, as seguintes ações:

- ✓ Acompanhamento da implantação e execução das atividades dos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes instalados em 14 unidades da federação, vinculados diretamente à Coordenação Geral de Recursos Humanos, destinados ao atendimento

da clientela de aposentados e pensionistas deste Ministério, conforme Portarias Ministeriais de nºs 092/2004/GM e 422/2004/GM;

- ✓ Solicitação de criação de mais 3(três) Núcleos de Recursos Humanos nos estados do Espírito Santo, Paraíba e Maranhão, com a mesma vinculação e finalidade (Memorandos nº 426/2007 e 433/2007 – COAP/CGRH/SAAD/SE/MT, de 17 e 18 de dezembro de 2007, respectivamente);
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos da Coordenação Geral de Modernização e Informática no que se refere à integração dos SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS (SIGEF), destinados a subsidiar as atividades desta Coordenação relativas à execução de atividades aplicáveis aos aposentados e pensionistas deste Ministério;
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos da Coordenação Geral de Modernização e Informática no que se refere ao levantamento dos equipamentos e sistemas de informática utilizados pelos 14 Núcleos de Recursos Humanos já instalados;
- ✓ Estabelecimento de novas rotinas de trabalho, em face da demanda gerada com a transferência dos aposentados e pensionistas do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para a folha de pagamento deste Ministério, com delegação de competência aos Núcleos de Recursos Humanos;
- ✓ Acompanhamento da implantação da Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes no que se refere ao atendimento telefônico à clientela de aposentados e pensionistas deste Ministério e distribuição da demanda gerada, dando tramitação e concluindo 107.663 (cento e sete mil seiscentos e sessenta e três) atendimentos telefônicos e ordens de serviço registradas naquela central;
- ✓ Recadastramento de 55.454 (cinquenta e cinco mil,quatrocentos e cinquenta e quatro) aposentados e pensionistas e exclusão da folha de pagamento de outros 11.011 (onze mil e onze) que não atenderam às convocações;
- ✓ Treinamento específico em serviço para aperfeiçoamento das equipes localizadas nos Núcleos de Recursos Humanos. Registre-se que a maior parte desses funcionários, exerciam em seus órgãos de origem (DNER, EBTU e PORTOBRÁS) funções incompatíveis com as atividades administrativas necessárias para o atendimento de aposentados e pensionistas. Destaque-se, inclusive, a vinda de seus representantes à CGRH, para o mesmo fim.
- ✓ Treinamento específico em serviço para aperfeiçoamento da equipe da unidade e de grupos de trabalho que estão sendo constituídos no âmbito da Coordenação Geral de Recursos Humanos para as rotinas de REVERSÃO DE CRÉDITO e RECADASTRAMENTO DE

APOSENTADOS E PENSIONISTAS, em conformidade com o relatório final da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria/GM nº 259/2005 e com a Decisão nº 950/2000 – Plenário do TCU;

A Coordenação de Acompanhamento de Normas e Orientação Técnicas – COTEC tem por competência coordenar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal e prestar orientação técnica específica.

No exercício em tela, a unidade desenvolveu atividades na instrução de processos referentes às cessões de servidores; concessões de ajuda de custo, de transportes e de auxílio moradia; ressarcimento de despesas com salários de servidores cedidos e requisitados; relativos a participações em curso de capacitação profissional, bem como incorporação de quintos, aposentadorias, pensão, acumulação de salários, gratificações e redistribuição.

Atuou, também, em conjunto com outras unidades, na instrução administrativa de processos judiciais.

A seguir, numericamente, o resumo das atividades da unidade:

I T E M	ASSUNTO	QUANTIDADE		COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR	
		2006	2007	ACRÉSCI MO (%)	DECRÉSCI MO (%)
		01	Avisos/GM elaborados	10	04
02	Cartas expedidas	17	118	594,11	
03	Cessões de servidores/empregados	131	176	34,35	
04	Documentos em caixas na DITEC ag. retorno de processos do MPOG	4	3		25,00
05	Fax expedidos	161	180	11,80	
06	Inform produzidas sobre Ação Judicial	8	24	200,00	
07	Inform produzidas sobre Acumulação (cruzamento de dados)	01	0		100,00
08	Inform produzidas sobre Ajuda de Custo	29	28		3,44
09	Inform produzidas sobre Ajuda de Transportes	21	21		
10	Inform produzidas sobre Aposentadoria	16	21	31,25	
11	Inform produzidas sobre Auxílio Moradia	9	9		
12	Inform produzidas sobre Cessão/Requisição	495	632	27,67	
13	Inform produzidas sobre Curso de Capacitação	80	24		70,00
14	Inform produzidas sobre Gratificação/vantagens	17	02		88,23
15	Inform produzidas sobre Licenças	0	02		
16	Inform produzidas sobre Outros	16	20	25,00	
17	Inform produzidas sobre Pensão	6	02		66,66
18	Inform produzidas sobre Proc Administrativos disciplinar	9	07		22,22
19	Inform produzidas sobre Quintos/décimos	9	9		
20	Inform produzidas sobre Redistribuição	4	07	75,00	
21	Inform produzidas sobre Ressarcimento	140	152	8,57	
22	Liminares deferidas aguardando análise da força executória	4	4		
23	Mandado de Segurança em cx na DITEC aguardando manif do juiz	42	40		4,76
24	Mandado de Segurança sem Liminar Deferida	5	6	20,00	
25	Material coletado e armazenado em pastas	185	0		100,00
26	Memorando expedido	60	49		18,33
27	Notas de cessão expedidas	131	176	34,35	
28	Notas Técnicas expedidas	01	07	600,00	
29	Ofícios expedidos	1.146	1.338	16,75	
30	Ofícios expedidos para instrução de Mandado de Segurança	3	32	966,66	
31	Ofícios expedidos pela DITEC elaborados pela CGAJ p/ instruir Alvará		45		
32	Ofícios/CGRH/SAAD/SE/GM elaborados pela DINOR	141	150	7,09	

33	Portarias elaboradas	62	83	33,87	
34	Quantitativo de Movimentação de Processos recebidos na DINOR		495		
35	Quantitativo de Movimentações de processos geradas na DINOR		508		
36	Quantitativo de Movimentações de documentos recebidos na DINOR		39		
37	Quantitativo de Movimentações de documentos recebidos na DINOR		32		
38	Quantitativo de Movimentações de Processos recebidos na COTEC		717		
39	Quantitativo de Movimentações de Processos gerados na COTEC		692		
40	Quantitativo de Movimentações de documentos recebidos na COTEC		457		
41	Quantitativo de Movimentações de documentos gerados na COTEC		282		
PROCESSOS JUDICIAIS					
42	Proc Judiciais recebidos na DITEC para distribuição	7.038	10.043	42,70	
43	Proc em caixas Alvará Judiciais aguardando manifestação do Juiz	14	50	257,14	
44	Proc Judiciais encaminhados à Secretaria Executiva		03		
45	Proc Judiciais em caixas na DITEC aguardando manifestação da AGU	27	28	3,70	
46	Proc Judiciais encaminhados à CONJUR desp. DICAD/COAD	33	114	245,45	
47	Proc Judiciais encaminhados à CONJUR desp. DICAP/COPAP	1.005	3.180	216,41	
48	Proc Judiciais encaminhados à CONJUR desp. DITEC/COTEC	1.931	1.157		40,08
49	Proc Judiciais encaminhados à CONJUR desp. NAJ/COAP	332	1.054	217,46	
50	Proc Judiciais encaminhados à CONJUR desp. SERCA/COAP	116	488	320,68	
51	Quantitativo de Processos Judiciais encaminhados à CONJUR		5.993		
52	Proc Judiciais encaminhados ao Arquivo Geral	449	265		40,97
53	Proc Judiciais encaminhados para as Unidades da CGRH	5.920	7.925	33,86	
54	Proc em caixas aguardando documentos	89	106	19,10	
55	Proc Judiciais retornados com informação	6.581	4.836		26,51
56	Proc Judiciais encaminhados a outros órgãos	57	12		78,94
57	Quantitativo de Movimentações de processos recebidas na DITEC		15.579		
58	Quantitativo de Movimentações de processos geradas na DITEC		16.020		
59	Quantitativo de Movimentações de documentos recebidos na DITEC		2.802		
60	Quantitativo de Movimentações de documentos gerados na DITEC		3.507		

A Coordenação de Pagamento de Aposentados e Pensionistas – **COPAP** é responsável pela manutenção do pagamento de servidores inativos.

No decorrer do exercício de 2007, continuaram a ser implementadas várias medidas com o objetivo de reorganizar todo o trabalho desenvolvido no setor, tais como a redistribuição de tarefas, revisão de procedimentos e rotinas de serviço, especialmente em face das diversas adaptações que foram efetivadas nos Sistemas de Controle de Óbito e de Reversão de Créditos observados até dezembro de 2006.

Em conseqüência, a distribuição e controle de execução das tarefas passou a ser feita de acordo com a alocação dos recursos para cada atividade a ser executada.

Várias medidas também foram implementadas para dar atendimento às determinações constantes da Decisão nº 950/2000-Plenário do TCU, sendo que um dos problemas nela apontados se relaciona a realização de depósitos indevidos na conta corrente de servidores inativos e pensionistas após o óbito.

Ressalte-se, por oportuno, que os depósitos em questão ocorriam pela falta de comunicação do óbito dos titulares dos benefícios, pelos familiares e representantes legais e pelas difíceis condições de trabalho existente à época na Coordenação Geral de Recursos Humanos, que não permitiam a utilização de mecanismos de controle eficazes.

Desta forma, foi procedida a revisão geral de todo o sistema que vinha sendo utilizado para o pagamento de auxílio funeral e do controle de óbitos de servidores aposentados e de pensionistas, visando dar maior celeridade ao processo de exclusão por óbito.

Atualmente o sistema de auxílio funeral e de reversão de crédito permite a geração de relatórios para verificação do número de pedidos de reversões cadastradas, o valor revertido e o valor pendente de reversão por parte das instituições bancárias.

Em 2007, foram cadastradas no sistema de controle de óbitos e de reversão de créditos um total de 3.678 (três mil, seiscentos e setenta e oito) pedidos de reversão, que totalizaram um montante de R\$ 16.087.564,20 (Dezesseis milhões, oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).

No que se refere ao retorno dos valores solicitados às instituições bancárias, inclusive nos exercícios anteriores a 2007, foram respondidos 2.925 (dois mil, novecentos e vinte e cinco) pedidos com o retorno aos cofres públicos do valor de R\$ 4.065.550,01 (Quatro milhões, sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e um centavo).

Do total de 21.550 (Vinte e um mil, quinhentos e cinquenta) pedidos encaminhados às instituições bancárias, foram respondidos 14.878 (Quatorze mil, oitocentos e setenta e oito), o que proporcionou até o final do exercício de 2007 a recuperação do valor de R\$ 26.066.081,67 (Vinte e seis milhões, sessenta e seis mil, oitenta e um reais e sessenta e sete centavos), sendo que o valor recuperado no exercício de 2007 corresponde a 15,59% do total.

Além disso, até a última quinzena de dezembro de 2006, vinha sendo feita a compensação de débitos de reversão em planilhas de cálculos de exercícios anteriores, procedimento adotado para fins de recuperação de valores depositados indevidamente por falta de comunicação de óbitos de aposentados e de pensionistas.

No entanto, o procedimento em questão foi suspenso em face da divergência de entendimento entre esta Coordenação e a Coordenação - Geral de Assuntos Judiciais, da Consultoria Jurídica deste Ministério. O assunto foi submetido à apreciação da Coordenação Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que se manifestou pela sua interrupção e que qualquer débito apurado deveria ser objeto de reposição ao erário nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

É de se registrar, ainda, que o acréscimo do número de reversões de créditos encaminhadas às instituições bancárias em 2007, sofreu influência direta do recadastramento de aposentados e de pensionistas que vem sendo realizado desde setembro/2006, o qual possibilitou a identificação da ocorrência de óbitos não comunicados na época própria pelos familiares ou representantes legais.

O citado recadastramento também representou grande reflexo no que se refere aos accertos cadastrais e financeiros realizados no SIAPE e na efetivação de pagamentos EXTRA-SIAPE.

No trato de processos relativos às ações judiciais, diante da exigüidade dos prazos processuais estabelecidos pelos organismos judiciais e pela Consultoria Jurídica do Ministério, continuam sendo adotadas medidas de agilização dos procedimentos.

Uma delas, em face do aumento da demanda específica, é representada pelo controle dos processos de alvarás judiciais, que passou a ser feito separadamente.

Em números, a atuação do setor:

ATIVIDADES EXECUTADAS	Exercício de 2006	Exercício de 2007	AC/DEC (%)
Análise de processos judiciais relativos a mandados de segurança, ações ordinárias, ações de rito sumário, pensão alimentícia e outros.	4.627	7.783	68,21%
Análise de processos relativos a alvarás judiciais	2.506	3760	50,04%
Análise de processos relativos a alvará judicial com pagamentos realizados no sistema SIAPE	324	113	- 65,12%
Análise de processos relativos a alvará judicial com pagamentos realizados EXTRA-SIAPE	406	419	3,2%
<b>TOTAL DE PROCESSOS E DOCUMENTOS ANALISADOS</b>	<b>8.097</b>	<b>12.075</b>	<b>49,12%</b>

Quanto à manutenção de pagamentos de pensionistas os números são estes:

ATIVIDADES EXECUTADAS	Exercício 2006	Exercício 2007	AC/DEC (%)
Processos administrativos calculados, conferidos e lançados no sistema SIAPE e aguardando pagamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme critérios estabelecidos por aquele órgão normativo	1.039*	892*	-16%*
Processos calculados e conferidos-vinculados a processos de ação judicial	413	656	58,8%
Processos calculados e conferidos –pensionistas excluídas de folha de pagamento-geração de espólio-alvará	101	92	9%
Processos calculados com geração de débitos	67	8	-88%
Processos calculados aguardando conferencia	-	947**	100%
<b>TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS</b>	<b>1.885</b>	<b>2.595</b>	<b>37%</b>

\* O decréscimo apresentado em relação ao exercício de 2006 deve-se ao fato de que no período de 2007 a transação específica do SIAPE que permite o lançamento destes valores esteve indisponível por longos períodos em face da necessidade de homologação dos valores que já se encontravam lançados no módulo próprio do sistema SIAPE pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visto que, no exercício de 2007, foram realizados por aquele órgão, pagamentos de exercícios anteriores nos meses de setembro e de novembro.

\*\* O controle para esta etapa de tramitação passou a ser utilizado a partir do exercício de 2007.

Por fim, deve ser realçado o grande volume de expedientes, de diversas naturezas, que tramitam pela CGRH, número resultante, indubitavelmente, do tamanho de nossa clientela: 85.217 (oitenta e cinco mil, duzentos e dezessete) integrantes, sendo 1.268 (um mil duzentos e sessenta e oito) servidores ativos, 21.953 (vinte e um mil novecentos e cinquenta e três) aposentados e 61.996 (sessenta e um mil novecentos e noventa e seis) pensionistas.

*No âmbito da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI,* podemos destacar os principais resultados atingidos:

**a) Coordenação de Informática.**

**a.1) Gestão dos Contratos e Serviços.**



- Termo Aditivo assinado com a empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda., para continuidade da prestação de serviços de manutenção em sistemas de informática.
- Termo Aditivo assinado com a empresa Montana Planejamento e Serviços Ltda., para continuidade da prestação de serviços de help-desk e suporte aos usuários.
- Termo Aditivo assinado com a empresa de Serviço Federal de Processamento de Dados Federal - SERPRO, para dar continuidade a prestação de serviços que garantiu ao Ministério dos Transportes sua permanência na INFOVIA.
- Contratação através da empresa CONTEC, serviços de manutenção de 02(dois) No-Break que fornecem energia estabilizada aos equipamentos de controle da rede de dados de modo a que seja assegurada a continuidade da alta disponibilidade de energia estabilizada.
- Termo Aditivo assinado com a empresa HORA H. para continuar disponibilizando impressoras laser coloridas e todos seus consumíveis, exceto papel.

#### **a.2) Ambiente de Rede Corporativa.**

- Contratação de serviços de manutenção preventiva programada e corretiva em equipamento tipo servidor da marca SUNFIRE 6800 pela empresa CIMCORP. Este equipamento é responsável pela Base de Dados sendo também o principal servidor de aplicações dos sistemas de informação do Ministério dos Transportes.
- Contratação de serviços de manutenção preventiva programada e corretiva na sala-cofre com a empresa ACECO. Nesta sala estão localizados os principais servidores e equipamentos de extrema importância para o Ministério dos Transportes.
- A instalação, configuração e procedimento de operação dos equipamentos ativos de rede (switches departamentais) no Edifício Anexo do MT.
- A conclusão da instalação, configuração e procedimentos de operação dos servidores centrais de rede adquiridos junto à Star Company (10 servidores).
- Definição e execução, faltando a documentação e a oficialização da passagem de sistemas do ambiente de desenvolvimento para o de produção.
- A conclusão do processo de aquisição de 350 (trezentos e cinquenta) unidades de microcomputadores, com o recebimento dos equipamentos.
- A implementação do Laboratório para migração do sistema Solaris 9.0 para Solaris 10.
- A implementação do Laboratório para migração de Oracle i 9.0 para a versão 10 G.
- A otimização dos serviços de e-mail/anti-spam.

### **a.3) Sistemas de Informações.**

- Adequação da rotina de carga das fitas espelho de servidor e pensionista, incorporando carga dos dados de Jornada de Trabalho dos servidores, Ingresso e Saída de Servidor, nova estrutura de cargos do MT, pensões, benefícios do tipo auxílio transporte, grupos de cargos, benefícios do tipo auxílio alimentação, bancos e agências bancárias, histórico de situação funcional de servidores, histórico de contas bancária de servidor e pensionista, históricos de exclusão e suspensão de servidor, movimentação financeira de servidores e pensionistas.
- Integração do módulo de Auxílio Funeral e Reversão de Crédito à base de dados de RH.
- Integração do sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas ao banco de dados de RH.
- Disponibilização dos dados da movimentação financeira do SIAPE para consultas: Contracheque, ficha financeira, imposto de renda da pessoa física, beneficiários de consignação e cálculo de pagamento.
- Implantação no módulo SICPAG (Sistema de cálculo de pagamento) do cálculo de Assistente Jurídico e Procurador Federal, conversão de URV e UFIR para real, cálculo dos 3,17% para instituidores de pensão, cálculo integral dos 28,86 para quem exerceu função FG, cálculo integral dos 28,86 para quem exerceu função DAS.
- Implementação do relatório gerencial para as rubricas de DAS, para Aposentados e Pensionistas, atualização das vantagens e bases de cálculo envolvendo reajuste das gratificações de DAS e FG.
- Implantação no módulo SICAT (Sistema de cálculo de atrasados) do cálculo de Revisão de Pensão, Cálculo dos 3,17%, Cálculo dos 28,86%, relatórios contendo o cálculo dos 3,17% e a 28,86%, tabela de URV, função de conversão para Real do 28,86%, proporcionalidade dos valores referentes a 3,17% e 28,86% nos meses de Início ou Término da pensão.
- Implementação e implantação no sistema SIAEX, módulos de marcação de indicador financeiro e categorias de ação (PAC, PPI, DEMAIS).
- Implementação do módulo gestão dos ofícios de programação e reprogramação financeira.
- Implantação de consulta WEB aos processos SICAP envolvendo empresas consignatárias e representantes legais do sistema MERCANTE.
- Implantação do módulo de distribuição de Kit's no sistema Passe Livre.
- Implementação e implantação de componentes de segurança no sistema SCA.

- Implementação do sistema de acompanhamento de terceirizados para controle de profissionais terceirizados que exercem atividade no Ministério.
- Conversão no sistema Lista de Dirigentes, para utilização do SGBD Oracle no lugar do SGBD MySQL.
- Implementação e manutenção corretiva e evolutiva do sistema SCDM – Sistema de Controle de Distribuição de Medicamentos, nos módulos de medicamentos de uso contínuo e integração com o banco de RH.
- Implementação e manutenção evolutiva do sistema SAE – Sistema de Acompanhamento de Estágios, com implementação de novos relatórios no sistema.
- Implementação e manutenção evolutiva do sistema SCEMO – Sistema de Controle de Equipamentos Médico-Odontológico, com implementação de novos relatórios no sistema.
- Implementação e manutenção corretiva e evolutiva na Home page e na Intranet no Ministério dos Transportes.
- Implementação e implantação em produção de manutenção evolutiva no sistema FORMAR para atender às novas especificações definidas pelo Ministério do Planejamento, envolvendo informações sobre Aluno, Solicitação de Módulo, Ficha de Inscrição, Módulo, Semestre, Horário, Órgão, Instrutor, Turma, Diário de Classe, Relatório de Atividades Desenvolvidas, Declaração de Aluno, Relatório de Estatística, Relatório de Solicitações, Relatório de Ata.
- Levantamento, definição, implementação e implantação de manutenções no sistema de apoio às rotinas internas da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), envolvendo dados e procedimentos sobre Projetos, Tarefas, Documentos, Monitoramento das ações, Tramite de Documento, Controle do Encaminhamento, Atividades das Tarefas, Classe de Registro, Consulta por Palavra Chave, Planilha de Acompanhamento, Planilha de Monitoramento.
- Levantamento, definição e implementação de manutenções no sistema de gestão de contrato para a CGRL, constando de dados e funcionalidades envolvendo Contrato, Pendências, Pessoa Jurídica, Usuário, Empenho, liquidação e pagamento, Informações financeiras por ano de exercício, Envio de email na Intranet para todos os usuários cadastrados em um determinado tipo de pendência, Pendências e providências das pendências em relação ao contrato, Acompanhamento do contrato, Aditivo de Contrato, Cálculo do valor global do contrato, Notificação de necessidade de Reforço Empenho, com verificação do valor limite mensal do empenho, Tipo Modalidade de Contrato, Controle de Pagamentos, Relatório de Contratos, Relatório de Empenhos, Relatório de Termos Aditivos, Relatório de Informações Financeiros do Contrato, Empenho, Nota Fiscal e Pagamento, Importação de dados do SIASG, Reforço Empenho, Vencimento do Contrato, Vencimento de Nota Fiscal.

- Implementação no sistema SIGAT, da carga dos dados do SINDEC (contratos, avanço físico dos indicadores, pagamentos dos contratos, cronogramas dos indicadores).

#### **a.4) Suporte ao Usuário.**

- A disponibilização de 185 (cento e oitenta e cinco) unidades de microcomputadores, com o recebimento dos equipamentos.
- A disponibilização de 350 (trezentos e cinquenta) unidades de microcomputadores, com o recebimento dos equipamentos.

#### **b) Coordenação de Informação.**

- A utilização da ferramenta Intranet como elemento disseminador da Gestão do Conhecimento, no âmbito do Ministério.
- A constante atualização da “home Page” do Ministério.
- A qualidade da informação prestada ao usuário externo, no que se refere ao atendimento de suas demandas relativas às atividades do MT.

#### **c) Coordenação de Modernização.**

- Propostas de estrutura regimental e organogramas das unidades administrativas do MT.
- Parecer técnico, oriundo da análise do projeto de trabalho realizado pela Fundação Getúlio Vargas que transforma do Departamento do Fundo da Marinha Mercante em Autarquia.
- Estrutura Regimental e organogramas elaborados pela ferramenta AutoCAD e Visio.
- Relatórios conclusivos de fatos apurados e/ou trabalhos realizados.
- Aplicação dos recursos da ferramenta Auto CAD nas atividades de elaboração de organogramas das unidades do Ministério dos Transportes.
- Aquisição de conhecimentos a serem aplicados na execução das atividades de apuração em sindicâncias e processos administrativos disciplinares.
- Trabalho realizado na área de microfilmagem obteve grandes resultados, a Coordenação do trabalho foi diretamente parabenizado pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos e pelo Coordenador-Geral de Modernização e Informática, que enfatizaram a necessidade do Gerenciamento Eletrônico de Documentos para organizar e manter as informações dos servidores ativos, aposentados e pensionistas relativas ao acervo do MT.
- Documento com descrição das atividades de cargos de nível superior (administrador, analista de sistema, programador, arquivista) e nível médio

(agente administrativo) e o levantamento do quantitativo de mão-de-obra necessária para os órgãos do Ministério.

- Personogramas atualizados de acordo com o Diário Oficial para informações à todas unidade organizacional do MT.
- Banco de informações dos dirigentes atualizado e disponibilizado na intranet. Atualização da “Lista de dirigentes” – Guia entregue em mãos.
- Documentos oficiais solicitados e elaborados para Coordenação-Geral de Modernização e Informática.
- Informações institucionais da CGMI atualizadas.
- Processos administrativos cadastrados no Sistema CGU/PAD.
- Catalogação e arquivamento de legislação de interesse desta Coordenação de Modernização.
- Sinalização implantada nas unidades organizacionais do Ministério dos Transportes.
- Documento com a síntese das necessidades levantadas para implantação do Escritório de Projetos.
- Documento listando os principais pontos e necessidades a serem contemplados no projeto básico da migração do Office para BR Office (Software Livre).

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, no exercício de 2007, apresentou informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a distribuição, entre as unidades do Ministério, dos seguintes referenciais orçamentários e financeiros:

- limites para a elaboração da proposta orçamentária anual;
- limites para movimentação e empenho; e
- limites de pagamento.

Também apresentou, ao longo de 2007, informações quanto a previsão, execução financeira e orçamentária, detalhadas por Programa se Trabalho e Ação, relatórios gerenciais em apoio à Secretaria Executiva e ao titular da Pasta com vistas a análise da implementação das políticas públicas do Governo.

Por ocasião da elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, bem como as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2007.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados a disponibilizar e desembolsar as dotações dos grupos de despesas Outras Despesas Correntes (Custeio), Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, e alterações posteriores.

No tocante às atribuições do Decreto nº 3.590, 06/09/2000, que dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal, a Coordenação de Contabilidade, da Coordenação – Geral de Finanças e Contabilidade desta Subsecretaria, procedeu a elaboração sistemática de relatórios trimestrais com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes. Esses relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por essas Unidades, com vistas a regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no BGU – Balanço Geral da União.

Quanto à capacitação de Servidores, durante o ano de 2007, os técnicos da SPO realizaram os seguintes treinamentos:

- IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
  - Realizado pela STN/MF nas dependências da ESAF, no período de 19 a 23/11/2007 – com 40 horas/aulas
  - Participantes: 4 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 da Coordenação de Finanças.
- Curso Microsoft Office Access – Básico
  - Realizado pela Divisão de Treinamento do MT, nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério com 28 horas/aulas, no período de 03/09 a 21/09/2007
  - Participantes: 02 técnicos da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade.
- SIAFI Gerencial – Avançado
  - Realizado pelo Coordenador Geral de Finanças e Contabilidade/SPO/SE/MT nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, com 3 turmas com 6 horas/aulas cada turma, no período de 18/06 a 20/06/2007
  - Participantes: 21 técnicos desta Subsecretaria e 09 técnicos do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT.
- I Seminário Nacional de Encerramento do Exercício Financeiro do Setor Público
  - Realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC/DF e Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional/MF no Auditório da UNIP – Universidade Paulista – Brasília - DF, no período de 09/10 a 11/10/2007
  - Participantes: 02 técnicos da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade.

- III Curso de Contabilidade Pública Avançada Aplicada ao SIAFI com Ênfase em Análise de Balanço
  - Realizado pela ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público, em Brasília, no período de 26/11 a 06/12/2007
  - Participante: 01 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Treinamento - SIASG
  - Realizado pelo Ministério do Planejamento, em Brasília, no período de 20/08 a 24/08/2007
  - Participantes: 02 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Seminário Internacional de Contabilidade Pública
  - Realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF e Conselho Federal de Contabilidade/CFC, em Brasília, no período de 26/11 a 28/11/2007
  - Participante: 01 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Treinamento do Novo Documento de Pagamento de Folha de Pessoal no SIAFI
  - Realizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/MF, em Brasília, com turmas de 8 horas aulas cada turma, nos dias 30/10 e 01/11/2007
  - Participantes: 06 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 01 da Coordenação de Finanças.

Com o objetivo de transmitir orientações relativas ao encerramento do exercício e proferir palestra a respeito de Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e ao processo de inscrição do diferido de 2008, a CGFC/SPO enviou 3 (três) técnicos a Maceió – AL para o encontro anual das unidades de infra-estrutura do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT, bem como para a cidade do Rio de Janeiro - RJ para atender a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante – DFMM e a Inventariança da Rede Ferroviária Federal S/A.

A Coordenação de Contabilidade da CGFC/SPO, atendendo solicitação da Coordenação – Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAAD, instaurou Tomada de Contas Especial, elaborou e encaminhou relatório referente ao Convênio nº 025/2001 – SIAFI nº 425499, realizado entre este Ministério e a Prefeitura Municipal de Terra Santa – PA.

Com apoio dos técnicos desta Subsecretaria, foram realizadas diversas adaptações no sistema e banco de dados desenvolvido pela Coordenação – Geral de Modernização e Informática da SAAD/MT, desenvolvido para obter informações da execução orçamentária e financeira do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, alimentado via extrator de dados do SIAFI pelo SERPRO.

Além das transferências de recursos efetuadas, enquanto Órgão Setorial de Programação Financeira, a Unidade Gestora 390002/00001 desenvolveu ações para a execução do Orçamento Fiscal referente às Participações Acionárias nas Companhias Docas inscritas em Restos a Pagar, apresentando em 2007 a seguinte realização:

### Execução de Restos a Pagar

Participação da União no Capital das Cias. Docas Restos a Pagar em 2007	UG/Gestão	Restos a Pagar Inscritos (a)	Restos a Pagar Pagos (b)	Restos a Pagar a Liquidar (c)
<b>CODESP</b> - Companhia Docas do Estado de São Paulo	396006/39816	8.474.939,39	1.115.146,26	7.359.793,13
<b>CODESA</b> - Companhia Docas do Espírito Santo	399002/39817	6.608.756,29	3.007.525,03	3.601.231,26
<b>CDRJ</b> - Companhia Docas do Rio de Janeiro	396001/39811	41.721.411,30	0,00	41.721.411,30
<b>CODERN</b> - Companhia Docas do Rio Grande do Norte	396005/39815	14.723.919,04	3.449.691,50	11.274.227,54
<b>CODEBA</b> - Companhia Docas do Estado da Bahia	396002/39812	1.400.000,00	223.948,85	1.176.051,15
<b>TOTAL</b>		<b>72.929.026,02</b>	<b>7.796.311,64</b>	<b>65.132.714,38</b>

Os valores relativos aos Restos a Pagar a Liquidar (c) foram transferidos para a Secretaria Especial de Portos – SEP/PR em junho de 2007.

Foi realizado também o pagamento de amortização e juros de Dívida Externa da Rede Ferroviária Federal, contrato BIRD – 4046 – BR, consignado no OGU desta Unidade Gestora, conforme abaixo:

CREDOR	UG/GESTÃO	Empenhos Emitidos (a)	Empenhos Liquidados (b)	Empenhos Pagos (c)
BIRD	390002 / 00001	35.010.812,46	35.010.812,46	35.010.812,46

A gestão orçamentária para o exercício de 2007, no que se refere a Outras Despesas Correntes (Custeio)/Capital/Inversões, inclusive contrapartida e ingresso de recursos, ficou condicionada aos limites para movimentação e empenho atribuídos pelo Decreto nº 6.046/2007, e alterações posteriores, acrescentando os créditos extraordinários e o PAC, os quais foram distribuídos às Unidades deste Ministério e representando o equivalente a 91% do orçamento aprovado pela Lei nº 11.451, de 07/02/2007, LOA/2007 e seus créditos adicionais.



No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 6.046, de 22/02/2007, publicado no DOU de 23/02/2007, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 91 % do limite para movimentação de empenho mais Restos a Pagar. É importante esclarecer que os recursos direcionados ao serviço da dívida (interna e externa), sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

**COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL**

Milhões R\$

"DEMAIS AÇÕES", "PROJETO PILOTO" E "PAC"	LEI + CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	LIMITE DE PAGAMENTO	PAGAMENTOS EFETIVADOS	%	
[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G] = (C + D) / E	[H] = (C/B)
CUSTEIO/INVESTIMENTOS/ INVERSÕES	11.897,57	10.785,30	3.777,38	10.459,76	6.582,10	139%	91%

Fontes próprias e tesouro

Obs: Não está incluso Sentenças Cíveis e Inversões Financeiras do FMM

[A] - Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto 6.046 de 22/02/2007 acrescido dos Créditos Extraordinários.

[F] - Pagamento do Orçamento de 2007 e Restos a Pagar

[E] - Composição do Limite de Pagamento de R\$ 10.459,76

- Demais Ações R\$ 1.604,46
- Projeto Piloto R\$ 489,90
- PAC R\$ 3.299,30
- Créditos Extraordinários R\$ 5.066,10

[C] - Composição do Limite para Empenho (Disponibilizado) R\$ 10.785,30

- Demais Ações R\$ 1.930,00
- Projeto Piloto R\$ 489,90
- PAC R\$ 3.299,30
- Créditos Extraordinários R\$ 5.066,10

Vale acrescentar que não surgiu na Unidade qualquer fato que indicasse a necessidade de instauração de sindicância, processo administrativo ou diligência do Tribunal de Contas da União.

## 6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

## 7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

Não se aplica.

## 8. Operações de fundos

Não se aplica.

## 9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica.

## **Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Nesta Unidade não ocorreu Tomada de Contas Especiais que se enquadra neste item, porém existe TCE em andamento, conforme demonstrativo abaixo:

### **Acompanhamento de Tomada de Contas Especial**

<b>Conveniente</b>	<b>Histórico</b>	<b>Processo</b>	<b>Data da Solicitação Abertura - TCE</b>	<b>Posição</b>
Prefeitura Municipal de Terra Santa / PA  Responsável: Pref. Adalberto Cavalcante Anequino	Prestação de Contas do Convênio 025/12001 – exercício 2002 – SIAFI 425499	50000.028550/2003-12 (original)	19/10/2005	Com AECI/MT. Enviada a CGU por meio do ofício nº 006/2008/AECI/MT de 17/01/08.
Fundação Universitária de Brasília – FUBRA  Responsável: Ayporé Rodrigues de Moraes	Prestação de Contas do Convênio 005/2005 – SIAFI 553602	50000.0063119/2008-82	24/07/2007	Em elaboração.

**Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Não houve perdas, extravios ou quaisquer irregularidades da natureza nesta Unidade.

## **Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)**

Esta Unidade não teve despesas com cartão de crédito corporativo.

Porém ressalta-se que a Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFSSA efetuou despesas com cartão de crédito corporativo, conforme consta em seu relatório de gestão, documento agregado a este processo.

## **Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Este anexo será respondido individualizando cada Unidade Jurisdicionada abrangida.

### **1. Controladoria Geral da União.**

a) Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.

a.1) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL:

Com relação ao Plano de Providências – Pendências Levantadas no Relatório de Auditoria – Exercício de 2007, expondo o posicionamento da unidade com relação às pendências levantadas e as proposições para os atendimentos, destacamos:

1) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.001.

*Recomendação: Nas prestações de contas, formalizar adequadamente os cancelamentos e devoluções das diárias não utilizadas e bilhetes de passagens não utilizados em cada trecho.*

A unidade concorda parcialmente com o questionamento e esclarece que tem cobrado maior clareza nas devoluções de passagens e diárias.

2) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.001.b.

*Recomendação: Quando da digitação das OB's evitar duplicidade.*

A unidade concorda com o questionamento e determinou através do Memorando nº 81/2007-COEX/CGRL/SAAD/MT de 11 de dezembro de 2007, maior atenção na legislação e classificação indevida e clareza nos recolhimentos através de GRU.

3) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.001.c.

*Recomendação: Não conceder diária no país a pessoas contratadas como colaborador eventual.*

A unidade concorda parcialmente; estamos exigindo da área que solicita passagens e diárias para colaboradores eventuais declaração que não é servidor Público Federal, Estadual e Municipal.

4) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.001.d.

*Recomendação: Observar legislação que trata da concessão de diária.*

A unidade concorda com o questionamento e solicitou através do Memorando nº 81/2007-COEX/CGRL/SAAD/MT de 11 de dezembro de 2007, maior atenção na legislação e classificação indevida e clareza nos recolhimentos através de GRU.

5) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.002.a.

*Recomendação: Informar com maior clareza o pagamento das devoluções via GRU.*

A unidade concorda com o questionamento e exigiu através do Memorando nº 81/2007-COEX/CGRL/SAAD/MT de 11 de dezembro de 2007, maior atenção na legislação e classificação indevida e clareza nos recolhimentos através de GRU.

6) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.002.b.

*Recomendação: Quando da digitação das OB's evitar duplicidade.*

A unidade concorda com o questionamento e cobrou através do Memorando nº 81/2007-COEX/CGRL/SAAD/MT de 11 de dezembro de 2007, maior atenção na legislação e classificação indevida e clareza nos recolhimentos através de GRU.

7) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.002.c.

*Recomendação: Não conceder diária no país a pessoas contratadas como colaborador eventual.*

A unidade não concorda com a recomendação uma vez que nenhum prestador de colaboração aceitará se deslocar da sua sede funcional sem receber a diária para atender as despesas com alimentação e pousada. Deve ser lembrado ainda que os colaboradores só recebem diárias e passagens pela colaboração prestada.

8) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1.002.d.

*Recomendação: Observar legislação que trata da concessão de diárias: Portaria nº 98/2003 e Decreto 5.992/2006.*

A unidade concorda parcialmente; esta sendo providenciada documentação da legislação para serem enviadas as áreas envolvidas recomendando sua aplicação.

9) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.2.001.1.

*Recomendação: Solicita declaração da pessoa a ser indicada como colaborador eventual, no sentido de informar não tratar-se de servidor público.*

A unidade concorda com a recomendação e já implantou a forma mais efetiva.

10) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.2.001.2.

*Recomendação: Observe o art. 6º da Lei 8.745/93 – é proibida a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das empresas vinculadas. Portanto serão considerados colaborador eventual as pessoas que não possuam vínculo com a Administração Pública Federal, tendo sido convidada a prestar algum tipo de colaboração.*

A unidade concorda parcialmente com a recomendação por considerar restritiva a interpretação da CGU sobre o colaborador eventual. A Lei nº 8.745/93 trata da contratação por tempo determinado para necessidade temporária de excepcional interesse público, taxativamente descrito no seu art. 2º. Entende-se que o art. 111 do Decreto-Lei 200/67, estabeleceu definição genérica a fim de conferir flexibilidade ao administrador na identificação da necessidade de colaborador eventual, respeitadas as regras de contratação vigentes.

Informamos que no ano de 2007 apenas uma pessoa foi convidada a título de colaborador eventual, recebendo passagens e diárias.

11) Item do relatório de Auditoria: 2.1.1.2.001.3.

*Recomendação: Verifique ainda, Decisões da Legislação do RH/MPO.*

A unidade concorda com a recomendação, e serão verificadas as Decisões da Legislação do RH/MPO.

12) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.2.001.4.

*Recomendação: Efetue o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.*

A unidade discorda, pois não houve pagamentos indevidos de valores. O que se pagou foram despesas com deslocamento do servidor de sua sede de trabalho para prestar colaboração. O que pode ter havido foi uma falha na classificação da despesa, cujas providências já foram adotadas.

13) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.2.002.

*Recomendação: Em que pese as qualificações dos supracitados servidores, recomenda-se a observância da legislação, a exemplo da Lei 8.745/93, art 1º, 2º e 6º; Ofício nº 52/2001-COGLE/SRH/MPO, arts. 13 e 25 da Lei 8.666/93 bem como Decisões do TCU sobre o assunto. Sugerimos, ainda, quando da concessão observar a conta 33390.36.02.*

A unidade concorda parcialmente; em que pese às qualificações dos supracitados servidores, recomenda-se a observância da legislação, a exemplo da Lei 8.745/93, arts. 1º, 2º e 6º; Ofício nº 52/2001-COGLE/SRH/MPO, arts. 13 e 25 da Lei 8.666/93, bem como decisões do TCU sobre o assunto. Sugerimos, ainda, quando da concessão observar a rubrica 33390.36.02.

14) Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.1.001.

*Recomendação: Apresentar os desdobramentos das decisões relacionadas à execução do contrato nº 19/2006. Evitar duplicidade.*

A unidade concorda com os desdobramentos das decisões; podemos apontar que atualmente, outro cenário se apresenta. A franquia foi devidamente adequada à demanda do Ministério e constatou-se uma grande economia com a não utilização em massa de cartuchos jato de tinta.

15) Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.1.002.

*Recomendação: Implementar as ações previstas no documento intitulado “Estudo para implementação de Impressão Departamental e Desativação de Impressoras Obsoletas”, de forma a tornar o processo de impressão do MT mais eficiente.*

A unidade concorda e está trabalhando junto às autoridades e demais áreas do MT com vistas ao convencimento da eficiência e eficácia da implementação. O projeto já está concluído e foi submetido ao Subsecretário da SAAD.

16) Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.2.001.

*Recomendação: A unidade deve efetuar o ajuste da franquia mensal de cópias do Contrato nº 018/2006, com base no volume mensal de cópias impressas, com vistas a obter maior economicidade para a administração.*

A unidade concorda e já solicitou junto ao Fiscal do Contrato um demonstrativo da execução do contrato nos últimos dez meses para a adoção da providência. Já foi feito ajuste na franquia.

17) Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1.001.

*Recomendação: Recomenda-se que a unidade se abstenha de prorrogar o contrato, encerrando-o em seu término, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pela contratação em modalidade diversa da especificada em lei.*

A unidade discorda; além do parecer favorável para a contratação, de emissão da Consultoria Jurídica do MT, o setor buscou preservar o bom andamento dos serviços a serem prestados e ainda fez um comparativo de modo a contratar o preço mais baixo para a administração. Não houve qualquer prejuízo ou favorecimento. Entretanto, uma vez que a CGU insiste em manter a posição de que foi realizado “contratação em modalidade diversa da especificada em Lei”, o contrato não foi prorrogado e não será feita nova contratação, até que se consiga uma forma satisfatória para o mercado e a administração. Entende a unidade que uma licitação aberta ao público para este tipo de serviço, seria sim uma forma de contratar serviço sem o atingimento dos seus reais objetivos.

Memorando nº 83/2007- COEX/CGRL/SAAD/SE/MT de 26 de dezembro de 2007 informando o encerramento do contrato conforme recomendação da CGU.

18) Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.3.001.

*Recomendação: A unidade deve apurar as responsabilidades quanto às falhas apontadas; e abster-se de adotar dispensa de licitação prevista no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, sem a devida caracterização de situação emergencial.*



A unidade concorda parcialmente e lembra que houve respaldo Jurídico para o enquadramento feito. Entretanto, a unidade tomará as providências com vistas a apurar as responsabilidades quanto às falhas apontadas e tomará ainda maiores cuidados quanto à utilização da dispensa através do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

19) Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.3.001.

*Recomendação: A unidade deve apurar as responsabilidades quanto às falhas apontadas; e abster-se de adquirir produtos ou serviços sem cobertura contratual, em observância ao princípio da legalidade e ao art. 60 parágrafo único, da Lei 8.666/93, considerando (ressalvados os casos de pequenas compras de pronto pagamento) nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração.*

A unidade concorda parcialmente, uma vez que no presente caso, de acordo com os esclarecimentos prestados pela unidade interessada, a CGRL não participou a ponto de entender se os serviços estavam ou não sobre cobertura contratual. Entende ainda esta unidade que não houve danos ao erário. Uma vez que a área comunicou que autorizou a prestação dos serviços sem a devida cobertura contratual. Já está constatada a irregularidade e esta unidade adotará as providências, reprimindo os responsáveis.

a.2) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH:

Entre 18/06 e 27/07/2007 foi realizada no âmbito desta CGRH, auditoria de acompanhamento da sua gestão pela CGU no tocante aos atos de concessão de aposentadorias e pensões, cujos destaques estão a seguir:

1) Ausência de registro no sistema SISAC de 06 atos de aposentadorias e 1145 atos de pensões, o que caracteriza descumprimento do item 13 do Anexo II da Decisão Normativa/TCU nº 81, de 06/12/2006 e da IN/TCU nº 44/2002.

Foi recomendado providenciar, no menor prazo possível, a disponibilização ao controle interno dos atos de aposentadoria e pensão pendentes de cadastramento no SISAC, nos termos das normas já citadas e que sejam implementados mecanismos de controle que permitam confrontar as modificações funcionais realizadas no SIAPE e os registros dos atos concessórios feitos no SISAC.

Através do Ofício nº 55/2007 – DIVAP/COAP/CGRH/MT, de 27/06/2007, esclarecemos à CGU que, das concessões objeto dessa crítica, boa parte já teve os atos enviados ao SISAC e das demais foram solicitados os processos ao DNIT, ficando prontos e lançados no SISAC, 805. Os demais ainda estão sob análise.

Essa dificuldade foi causada, sobretudo, porque os servidores que estão autorizados a operar o SISAC neste Ministério, embora com acesso aos registros de controle dos atos lançados pelo extinto DNER, convivem com a dificuldade de atendimento das demandas envolvendo concessões realizadas no extinto DNER, pela limitação de acesso aos processos daquela entidade ou até a sua não localização.

b) Concessão de pensão a beneficiários de que trata o item “a” do inciso II do art.217 da Lei nº 8.112/90, na condição de filhos inválidos. Os laudos apresentados forma assinados apenas por um médico e sem esclarecer se a invalidez ocorreu anterior ao óbito dos instituidores.

Por intermédio das diligências de nºs 054, 301, 302, 303, 304, 305, 371, 433 e 635/2007, foi recomendado anexar ao processo, laudo assinado por junta médica oficial, composta por três médicos, conforme disposto na ON 41, de 18/01/91. Observar que o laudo médico deverá atestar a invalidez incapacitante e permanente para o trabalho dos beneficiários, informando, ainda, se esta ocorreu anterior à data do óbito dos ex-servidores.

Foram expedidas correspondências aos beneficiários, com prazo de 30 dias para atendimento, sob pena de suspensão dos benefícios. Com exceção de apenas 1 caso, todas foram respondidas, estando os processos a disposição para nova análise.

c) Concessão de pensão às filhas maiores solteiras de 2 (dois) ex-servidores, com apresentação de certidão de nascimento expedida em data bem anterior ao óbito.

Por intermédio das diligências de nºs 434 e 435/2007, foi recomendado anexar ao processo certidão de nascimento atualizada referente às filhas maiores solteiras.

Com relação à diligência nº 434/2007, foi expedida correspondência à respectiva pensionista, que apresentou a documentação correta. A diligência nº 435/2007 não foi localizada, pendente de informações complementares para nova verificação.

d) Concessão de pensão, sem a devida comprovação de união estável até a data do óbito de 3 (três) ex-servidores.

Foi recomendado, através das diligências de nºs 306, 436 e 711/2007 que fossem anexados aos processos documentos que comprovem a união estável, até a data do óbito, das beneficiárias com os ex-servidores, de acordo com o estabelecido pela alínea “c” do inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112/90.

Quanto à diligência nº 306/2007, por tratar-se de viúva, não necessita comprovar união estável. As diligências nºs 436 e 711/2007, também não foram localizadas, carentes de informações complementares.

e) Constatado no processo de pensão instituído pelo ex-servidor Antônio Deocleciano de Melo (Processo nº 50770.003855/93-77), a ausência do documento jurídico que nomeia Maria Gorete Gomes (companheira) como curadora da beneficiária Maria da Cruz Silva de Mello (viúva).

Foi recomendado por meio da diligência de nº 306/2007, anexar ao processo cópia autenticada do documento, transitado em julgado, que trata da designação de Maria Gorete Gomes como curadora de Maria da Cruz Silva de Mello.

Foi verificado o número correto do processo em questão, que é 50000.032793/2001. O documento da curadora foi entregue, sendo desnecessário o da beneficiária, por ser viúva.

f) Foram diligenciados 18 processos de pensão e 01 de aposentadoria por ocasião de auditoria anterior, constantes da Nota Técnica nº 2.120/DPPE/DP/SFC/CGU-PR, de 12/12/2006, e que foram requeridos através da Solicitação de Auditoria 196005/01, de 18/06/2007. Desses, 12 processos de pensão e 02 de aposentadoria, cujas solicitações constantes das diligências foram atendidas, após análise tiveram os atos encaminhados ao TCU. Seis processos, porém, permanecem no aguardo de resposta à correspondência enviada pela CGRH/MT aos beneficiários, para apresentação de documentos necessários à comprovação do direito à pensão.

Recomendada a adoção das providências necessárias ao atendimento das diligências acima mencionadas para apresentação à próxima equipe de auditoria Sisac “in loco”.

Dos 6 (seis) processos pendentes, 3 (três) já estão completos, aguardando nova análise e os demais estão na dependência de respostas a cartas enviadas aos beneficiários.

g) Solicitado através da SA nº 196005/01, de 18/06/2007, o encaminhamento ao controle interno de 535 atos de pensão em “edição” no Sistema SisacNet. Alegada a impossibilidade de disponibilizar tais atos por se tratarem de concessões de procedimentos pelo extinto DNER, e que para isto seria necessário a solicitação dos processos ao DNIT, onde se encontram arquivados.

Recomendada a adoção das providências necessárias de forma a disponibilizar, ao controle interno, os atos que se encontram em “edição”, de forma a possibilitar o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União para julgamento.

Feita solicitação ao DNIT para envio de 491 processos, que estão chegando paulatinamente. Dos 165 já encaminhados, foram lançados 54 no sistema.

b) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO.

Não houve recomendações específicas para a SPO no exercício de 2007.

## **2. Tribunal de Contas da União.**

a) Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

a.1) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL:

1) Ofício 1142/2006, encaminhado a Secretaria Executiva, solicitando o envio ao TCU dos processos nºs 50000.007386/2001-48 e 50000.052177/2004.

A Secretaria Executiva solicitou providências da SAAD através do Memorando 1062/SE/MT de 27/12/06.

Por se tratar de assunto pertinente à Unidade CGRL, a solicitação foi atendida através do Ofício nº 001/2007/SAAD/SE/MT de 04/01/07 com envio dos processos conforme solicitado.

2) Ofício 434/2007/TCU/SEFTI enviado a SAAD solicitando esclarecimento sobre suposta irregularidade no contrato nº 20/2005.

Por se tratar de assunto pertinente a CGRL, cabe informar que foram atendidas as solicitações através do Ofício n.º 100/2007-SAAD/SE/MT de 21 de novembro de 2007, enviado à empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda., e do Ofício 121-2007/SAAD/SE/MT de 05 de dezembro de 2007, enviado ao Tribunal de Contas da União.

3) Ofício nº 432/2007-TCU/SEFTI enviado a SAAD solicitando esclarecimentos sobre suposta irregularidade no contrato nº 19/2005.

Por se tratar de assunto pertinente a CGRL, cabe informar que foram atendidas as solicitações através do Ofício n.º n.º 097/2007-SAAD/SE/MT de 13 de novembro de 2007, enviado à empresa Montana Soluções Corporativas Ltda. e do Ofício 119/2007-SAAD/SE/MT de 04 de dezembro de 2007 ao Tribunal de Contas da União.

4) Ofício 405/2007-TCU/SECEX – enviado ao Coordenador Geral de Recursos Logísticos que solicita atendimento as determinações constantes do item 9.17 ao Acórdão nº 2003/2007-TCU- Plenário.

Subitem 9.17.6, convênio nº 42/2001: Foi aberto o processo de TCE através da solicitação enviada a SPO/MT, informação COEX nº 07 de 27.01.04.

Subitem 9.17.7, convênio nº 27/2001: Foi instaurado o processo de Tomada de Contas Especial através da solicitação a SPO/MT, de 02/09/04 – Informação COEX 060/04; convênio nº 35/2001: após a abertura do Processo de TCE, a prefeitura do Município de Baião prestou contas tendo sido aprovada a prestação em 01/09/05.

Subitem 9.17.8: Foi comunicado à área no sentido de atender a determinação.

5) Ofício nº 212/2007-SECEX/PA que solicita ao AECI documentação relativa ao convênio nº 17/2001 – prefeitura de Marapanim/PA. Atendido através do Memorando nº 102/2007/SAAD/MT, enviado ao AECI em 12/06/07.

Merece ser salientado que no exercício de 2007, esta Unidade foi levada a solicitar junto a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/MT, a abertura do Processo de Tomada de Contas Especial contra a Fundação Universidade de Brasília em razão das diligências levantadas e não atendidas, objeto do processo 50000.054212/2006-89, Convênio n.º 05/2005 – SIAFI n.º 553602 – Informação COEX N.º 12/07 de 24 de julho de 2007.

Ainda nesta linha, a mesma Subsecretária, retornou o Processo de Tomada de Contas Especial contra a Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA, uma vez que, embora transcorrido o período solicitado para os acertos relativos às pendências levantadas, tais pendências não foram sanadas.

O andamento dos demais Processos de Tomadas de Contas Especiais, cujas aberturas foram solicitadas em exercícios anteriores, continua sob controle e execução da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MT que, na sua esfera deverá prestar os devidos esclarecimentos.

a.2) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH:

Não houve recomendações específicas para a CGRH no exercício de 2007.

b) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO.

Não houve recomendações específicas para a SPO no exercício de 2007.

## Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
Convênio	620194	Conv./01-2007	Execução total dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, obras de arte especiais e obras de arte correntes nas rodovias do TO - 070	17.01.2008	44.4444.444,44	0	4.444.444,44	Estado do Tocantins 01.786.029/0001-03	A liberar

**Anexo F- Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC	
		Quantidade	
Admissão	0	0	
Desligamento	1	12*	
Aposentadoria	44	44	
Pensão	2400**	878	

\* 11 desligamentos ocorreram em anos anteriores.

\*\* 1522 pensões concedidas em 2007, ainda estão pendentes de exame da SFC para registro no SISAC.